

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE
CAMPUS DE SOROCABA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

LUCAS GABRIEL CAMPOS BALOG

OS LIMITES DE UMA INTEGRAÇÃO MONETÁRIA NA UNASUL

Sorocaba
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE
CAMPUS DE SOROCABA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

LUCAS GABRIEL CAMPOS BALOG

OS LIMITES DE UMA INTEGRAÇÃO MONETÁRIA NA UNASUL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientação: Profa. Dra. Mariusa Momenti Pitelli.

Sorocaba
2014

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus amigos e à minha família: meus pais; minha irmã; meus avós; minha tia; e minha companheira, Vivian Santos, pelo excepcional apoio não só na construção deste trabalho, mas na vida.

RESUMO

BALOG, Lucas Gabriel Campos. *OS LIMITES DE UMA INTEGRAÇÃO MONETÁRIA NA UNASUL*. 2014. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro de Ciências e Tecnologias para Sustentabilidade, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2014.

A integração na América do Sul tem uma história de pouco sucesso, cheia de descontinuidades, entretanto, com muito aprendizado. Em 2008, dez países ratificaram a criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Um dos objetivos específicos da Unasul é uma integração financeira mediante a adoção de mecanismos compatíveis com as políticas econômicas e fiscais dos Estados Membros. O objetivo desse trabalho consiste em entender os limites de uma integração monetária na Unasul, para tal tem-se como objetivos específicos: a) discorrer sobre o histórico da integração na América do Sul; b) apresentar as principais visões teóricas sobre integração monetária; c) pontuar as diferenças econômico-sociais dos países da Unasul. A presente pesquisa valeu-se de métodos específicos das ciências sociais. Nesse sentido, utilizaram-se três métodos de procedimento: o método histórico, o método comparativo e o método tipológico. Quanto aos aspectos específicos à integração monetária, os dois casos analisados foram a possibilidade de uma moeda única e a de uma moeda comum. No primeiro caso, a integração já é de cara descartada, uma vez que, sob a ótica da Teoria das Áreas Monetárias Ótimas, os países são muito heterogêneos e pouco complementares. Com relação a uma moeda comum, tendo em mente a ideia do Sistema Único de Compensação Regional, ela é possível, entretanto, é politicamente difícil. Por meio da apresentação do histórico das tentativas de integração no contexto sul-americanos, das teorias de integração e dos dados sobre a atual situação econômica, é possível concluir que os limites para uma integração não são somente os econômicos, longe disso, mas sim os políticos.

Palavras-chave: Unasul. integração monetária. moeda comum.

ABSTRACT

The integration in South America has a history of little success, full of discontinuities, but with much learning. In 2008, ten countries ratified the creation of the Union of South American Nations (UNASUR). One of the specific objectives of UNASUR is achieving financial integration through the adoption of compatible economic and fiscal policies mechanisms of Member States. The aim of this work is to understand the limits of monetary integration in the Unasur with specific objectives such as: a) discuss the history of integration in South America; b) present the main theoretical views on monetary integration; c) point the economic and social differences of the countries of UNASUR. This research drew on specific methods of the social sciences. Accordingly, three procedure methods were used: the historical method, the comparative method and the typological method. As for specific aspects of monetary integration, the two cases were analyzed for the possibility of a single currency and a common currency. In the first case, the integration is outright discarded, since, from the perspective of the Theory of Optimal Currency Areas, countries are very heterogeneous and somewhat complementary. Considering a common currency, bearing in mind the idea of the Unified Regional Compensation, it is possible, though politically difficult. Through the presentation of the history of attempts at integration in the South American context, the integration of theories and the data about the current economic situation, it is possible to conclude that the limits for integration far exceeds the economic plane, being politics the greatest challenge.

Keywords: UNASUR. monetary integration. common currency.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	2
2 METODOLOGIA	4
3 REFERENCIAL TEÓRICO	6
3.1 Teorias sobre integração regional	6
3.1.1 Funcionalismo	6
3.1.2 Federalismo	7
3.1.3 Neofuncionalismo	8
3.1.4 Intergovernamentalismo.....	8
3.2 Teorias sobre integração econômica	9
3.2.1 Visão do <i>Mainstream</i>	11
3.2.2 Visão da Heterodoxia.....	14
4 BREVE REVISÃO DE LITERATURA.....	17
5 BREVE HISTÓRICO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL	19
5.1 Comissão Econômica para a América Latina e Associação Latino-Americana de Livre Comércio.....	19
5.2 Mercado Comum do Sul	22
5.3 Comunidade Andina de Nações	25
5.4 União das Nações Sul-Americanas	27
5.4.1 Estrutura Interna da Unasul.....	28
5.4.2 Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana.....	28
5.4.3 A relação de coexistência Mercosul-Unasul.....	30
6 A UNASUL: indicadores econômicos e sociais	31
6.1 Indicadores econômicos	35
6.2 Indicadores sociais	48
7 OS LIMITES DE UMA INTEGRAÇÃO MONETÁRIA	52
7.1 Mas, e uma integração monetária?.....	52
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57
ANEXOS	65

1 INTRODUÇÃO

“A teoria da integração constitui uma etapa superior da teoria do desenvolvimento e a política de integração, uma forma avançada de política de desenvolvimento. O planejamento da integração surge, pois, como a forma mais complexa dessa técnica de coordenação das decisões econômicas” (FURTADO, 2000, p. 331).

A integração na América do Sul tem uma história de pouco sucesso, cheia de descontinuidades, entretanto, com muito aprendizado. Segundo Oliveira (2013), somente a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando Brasil e Argentina, juntamente com Uruguai e Paraguai unem-se para construir um mercado comum, que essa história começa a mudar.

Cada processo de integração regional possui diversos fatores singulares, por isso é complicado compará-los. Todavia, alguns autores veem a União Europeia (UE) como um norte de desenvolvimento para integrações regionais sul-americanas (ARESTIS et al., 2003; GIAMBIAGI, 1998), principalmente no que tange a união monetária.

O debate sobre integração regional ganhou um novo capítulo com o enfraquecimento recente da zona do euro e o levantamento da possibilidade de desintegração. Com posturas austeras, a Alemanha orientou decisões que levaram a recessões na UE, instituindo um ambiente propício a questionamentos sobre o futuro do bloco, ou pelo menos, sobre o futuro da moeda comum (BALOG; SOUZA; PITELLI, 2013).

A maior parte dos debates sobre as origens do mau funcionamento da zona do euro levam majoritariamente à conclusão de que o problema central consiste na heterogeneidade dos países que a compõem¹. Não há como um país da periferia europeia, como a Grécia, competir com uma potência, como a Alemanha, sem o uso, ao menos, de uma política monetária (BALOG; SOUZA; PITELLI, 2013)².

É importante entender-se a diferença de dois conceitos, o de moeda comum e o de moeda única. A moeda comum é um conceito não excludente, ou seja, os países podem ter uma moeda própria e apenas (no caso, por opção) transacionar com os outros países do bloco por meio dela. Já a moeda única é quando os países adotam (também internamente) a mesma moeda.

¹ Ver Arestis et al.(2003) e Giambiagi (1998).

² Fica fácil observar esta situação apenas, por exemplo, atentando para a abissal diferença de produtividades grega e alemã. Nos doze anos onde foram encontrados dados para esses dois países, observa-se a permanência da diferença de produtividade. Em 2000, a produtividade alemã era 2,12 vezes maior que a grega, já em 2012, era 2,09 vezes maior (EUROSTAT, 2013).

Destarte, discutir os limites e até que ponto é possível avançar em uma integração monetária em um continente tão heterogêneo, como é o sul-americano, é de suma importância para que integrações desiguais, que possuam efeitos negativos para os países membros, não aconteçam. O objetivo desse trabalho consiste em entender os limites de uma integração monetária na Unasul. Isso é importante para que erros como o da União Europeia não sejam repetidos.

Como objetivos específicos, busca-se: a) discorrer sobre o histórico da integração na América do Sul; b) apresentar as principais visões teóricas sobre integração monetária; c) pontuar as diferenças econômico-sociais dos países da Unasul.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa valeu-se de métodos específicos das ciências sociais. Nesse sentido, utilizaram-se três métodos de procedimento³: o método histórico, o qual foi empregado principalmente no início da pesquisa, durante a revisão de literatura e na discussão histórica; o método comparativo, o qual foi utilizado na análise das informações coletadas e durante a discussão; e, por último, o método tipológico, que foi utilizado na discussão ao se apontar soluções possíveis para alguns limites da integração monetária.

O método histórico é relevante, pois permite comparações em diferentes períodos, como, por exemplo, quando as instituições são colocadas no ambiente social em que nasceram, pois torna mais fácil sua compreensão, tanto em sua origem e desenvolvimento, quanto em suas contínuas alterações (LAKATOS; MARCONI, 1991).

Para se compreender a formação dos Estados da América do Sul, entender os limites da integração na Unasul e as possibilidades futuras, fez-se necessária densa revisão bibliográfica. Uma vez que o desenvolvimento, inclusive regional, consiste, essencialmente, em um processo histórico (EICHENGREEN, 2012; FURTADO, 2000, 2007). Como demonstra Eichengreen (2012) quando discorre sobre o sistema monetário internacional: as possibilidades dos países que, em dado tempo, desejam “empreender reformas não são independentes dos arranjos (...) acordados no passado. E os próprios acordos firmados no passado recente refletem a influência de eventos anteriores” (EICHENGREEN, 2012, p. 27). Assim, tanto:

“(...) o atual estado de coisas como as perspectivas futuras dessa ordem em evolução não podem ser compreendidas adequadamente sem uma apreciação de sua evolução histórica.” (EICHENGREEN, 2012, p. 27).

Desta forma, a utilização do método histórico se deu através da investigação de acontecimentos, processos e instituições do passado para se verificar a sua influência na sociedade de hoje (LAKATOS; MARCONI, 1987).

Também se fez necessário, para compreender os limites da integração econômica na Unasul, o conhecimento da situação atual, e para isso foi utilizado com frequência o método comparativo. Este, a partir de simplificações, torna possível a comparação de sociedades e organizações distintas (LAKATOS; MARCONI, 1991).

Esta pesquisa conta com: 1) levantamento bibliográfico e coleta de dados secundários; 2) análise das informações; 3) discussão; e 4) conclusão.

³ Os métodos utilizados foram baseados em Lakatos e Marconi (1991).

O processo de levantamento bibliográfico consistiu na busca e leitura de literatura relacionada à integração social e econômica, ao processo de formação dos países sul-americanos e às instituições criadas para fins de integração na América do Sul. Já a busca de dados foi realizada nas bases de dados governamentais e em outros órgãos, tais como Banco Mundial, Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) e ALADI (Associação Latino-americana de Integração).

As variáveis utilizadas para comparação dos países componentes da Unasul⁴ foram: produto interno bruto (PIB); PIB per capita; crescimento do PIB; exportação; importação; termos de troca; população; população urbana; crescimento demográfico; expectativa de vida; natalidade; mortalidade infantil; analfabetismo; taxa média de desemprego urbano; índice de desenvolvimento humano (IDH); inflação; dívida pública; dívida externa; taxa de política monetária; taxa real de juros; principais produtos de importação e exportação; gasto com pesquisa e desenvolvimento (P&D); pesquisadores em P&D; reservas internacionais; grau de abertura; população que possui acesso à energia elétrica; desemprego; emprego vulnerável; e acesso a condições sanitárias melhoradas.

Ressalta-se que para fins de análise das variáveis, foram excluídos Guiana e Suriname pela escassez de dados.

A revisão de literatura foi feita nos seguintes bancos de dados: Banco de Teses da CAPES, Banco de Periódicos da CAPES e SciELO, sem haver restrição de período. Quanto aos descritores, utilizou-se “Unasul” e “monetária” combinados, devendo ambos estar presentes no título, resumo e/ou corpo do texto. Mediante a escassez de resultados, realizou-se uma pesquisa complementar, com critérios semelhantes, utilizando os descritores: “Mercosul” e “monetária”.

⁴ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O imperativo de políticas comuns entre os países da América do Sul é um esforço antigo e que tem na Unasul a sua mais ambiciosa proposta integracionista (LIMA, 2012). Os tópicos seguintes apresentam fundamentos teóricos das Relações Internacionais e das Ciências Econômicas, servindo de alicerce para o entendimento geral das ideias apresentadas ao longo deste trabalho.

3.1 Teorias sobre integração regional

As correntes expostas abaixo apresentam modelos teóricos considerados clássicos. A escolha pela apresentação dessas deve-se ao fato de que elas buscaram estudar o período pré-integração, ou ainda, quando esta se encontra em seu início (SILVA; COSTA, 2013). Cabe ressaltar que os modelos teóricos elaborados por essas correntes, preponderantemente, tinham como objeto explicar o caso europeu ao mesmo tempo em que, por vezes, serviam de base a ele.

3.1.1 Funcionalismo

O Funcionalismo ganhou espaço no final da Segunda Guerra Mundial, seus seguidores visavam conhecer a forma como funcionava as organizações internacionais, analisado de que maneira a ação das agências especializadas administraria a colaboração entre os Estados. Além disto, esta teoria defende a funcionalidade de organizações de fins específicos (setoriais). Nesse sentido, “funcionalismo” significa um modelo organizacional que é dependente da função desempenhada (SILVA; COSTA, 2013).

Schwok (2005) discorre que os teóricos do funcionalismo partem da ideia que os funcionários do governo⁵ não conseguiam gerir adequadamente os assuntos internacionais, aqueles diziam que estes procuravam defender interesses do Estado e sua própria promoção à custa do interesse geral. O qual seria mais bem preservado, então, por agências especializadas administradas por “especialistas competentes e imparciais” (LIMA, 2012).

Cabe ainda apontar que o lema dessa vertente consiste em “*peace of pieces*”, ou seja, paz por partes. Logo, acreditava-se que haveria a formação de redes de organizações internacionais que iriam, aos poucos, adquirindo as funções que os Estados não seriam capazes de desempenhar individualmente (SILVA; COSTA, 2013).

⁵ Ministros, embaixadores, militares etc.

Além disso, o funcionalismo é criticado por ser muito tecnocrático, limitando sua análise ao não avaliar as “dimensões políticas e psicológicas que compõe os processos de integração, na pessoa de seus líderes ou na conformação de suas identidades institucionais” (LIMA, 2012, p. 15).

Segundo Lima (2012), pode ser vista proximidade entre o funcionalismo e a Unasul, por exemplo, no fato que esta pode ser vislumbrada enquanto “organismo especializado”, apresentando instâncias verdadeiramente desatreladas dos Estados Nacionais, inclusive protegidas por cláusulas de imunidade previstas no Tratado Constitutivo. Assim, pode ser identificada certa influência do funcionalismo. Cabe ressaltar, que a Unasul está longe de ser uma instituição tipicamente funcionalista, já que ela permite a “possibilidade de promoção pessoal e parcialidade dos funcionários designados pelos Estados” (LIMA, 2012, p. 15), além do fato que sua constituição foi essencialmente política, a maneira como foi planejada e vem sendo construída possui conteúdo ideológico – como toda e qualquer relação.

3.1.2 Federalismo

De acordo com Silva e Costa (2013), o federalismo visa à consolidação de uma paz duradoura em um determinado continente onde existam diversos conflitos. Sendo que, cabe destacar, a ideia de integração não está associada à necessidade de similaridades entre os países, mas sim ao reconhecimento da diferença e da diversidade constitucional (SILVA; COSTA, 2013). O principal fator explicativo dessa teoria é a racionalidade federal, já que é dela que advém a lógica necessária para a união de Estados (SCHWOK, 2005; LIMA, 2012). Isto decorre do fato que para a proposta federalista, as formas de governo e as organizações internacionais não são eficazes para atingir sozinhos os fins de uma integração (SCHWOK, 2005; LIMA, 2012).

Dessa forma, o federalismo deve ser entendido como um difícil compromisso entre uma pressão unitária, ou seja, em que as unidades estão sujeitas a pressões homogeneizantes, e a soberania dos próprios Estados (SCHWOK, 2005; LIMA, 2012).

Lima (2012) aponta que no caso da aplicação desse enfoque à Unasul, observa-se que o federalismo é bem distante da perspectiva da união sul-americana, uma vez que a própria Unasul é uma organização internacional,

“(…) na medida em que os Estados se aproximam por meio de processos intermediários de cooperação internacional e coordenação de políticas públicas de maneira a manter as suas soberanias e a autodeterminação de seus povos. Não que se exclua futuramente o espectro da supranacionalidade da Unasul, mas, atualmente, não há qualquer indício que reforce qualquer

traço de supranacionalidade e afirmar isso seria se desconectar do contexto real e recente da Unasul” (LIMA, 2012, p. 14).

3.1.3 Neofuncionalismo

Segundo Silva e Costa (2013), esta teoria teve origem a partir da investigação, por parte de um grupo de pesquisa liderado por Ernst Haas da Universidade de Berkeley, no final dos anos 1950, a partir da investigação dos defeitos do Funcionalismo. Haas apontava que a política consiste em um motor que assegura a continuação da integração e possibilita transferir para uma organização supranacional as competências do Estado (SILVA; COSTA, 2013). Assim, considera-se a importância de atores não estatais, de maneira que o Estado, apesar de continuar sendo importante, não determina unicamente a integração, conforme Silva e Costa (2013), uma vez que a política está associada a interesses de setores domésticos.

Em síntese, segundo Lima (2012), o elemento explicativo da teoria é a ênfase nos efeitos de atores não estatais envolvidos nos processos de integração, fundamentado na ideia de *spillover* e *feedback*. Os efeitos de *feedback* são aqueles não desejados ou inesperados das decisões de integração adotadas antecipadamente, já o *spillover* é o transbordamento (SCHWOK, 2005; LIMA, 2012). Assim, segundo Schwok (2005), no momento que a integração é lançada há efeitos de *spillover* que criam pressão para a expansão do alcance e da intensidade da integração.

Mais uma vez com relação à Unasul,

“(…) pode-se entender que os movimentos de *spillover* são compreendidos do ponto de vista do estímulo crescente às atividades coordenadas de cooperação com fins claros e expressos de consolidação da integração regional proposta para a América do Sul nas declarações e resoluções geradas dentro da Unasul. A Unasul pode ser traduzida como uma alavanca da cooperação internacional, uma fonte reprodutora que gesta em suas instâncias internas os movimentos que, por *spillover* buscam a garantia de um futuro integrado” (LIMA, 2012, p. 16).

3.1.4 Intergovernamentalismo

De acordo com Silva e Costa (2013), o intergovernamentalismo também é conhecido, devido suas raízes acadêmicas, por Escola de Harvard. Defende-se o Estado como principal ator do sistema, movendo-se no sentido de responder às incitações de interesse nacional. Ou seja, o Estado controlaria todo o processo de integração, desde sua criação até os estágios que viriam depois (SILVA; COSTA, 2013).

Nesse sentido, Lima (2012) pontua que quando os governos são alinhados ideologicamente e dividem o mesmo processo de integração, a tendência, sob a ótica

intergovernamentalista, é que o processo de integração caminhe em passos largos, enquanto que na situação contrária os processos estagnam ou retrocedem (LIMA, 2012).

Dentro do intergovernamentalismo, podem-se identificar duas vertentes: a primeira enxerga que multinacionais, grupos de pressão e burocracias nacionais não são os principais determinantes dos fatores de integração de sucesso; a segunda acredita que a preferência nacional é determinada essencialmente por processos políticos internos em que a pressão de *lobbies* econômicos é crucial (SCHWOK, 2005; LIMA, 2012).

Segundo Silva e Costa (2013), devido às mudanças ocorridas a partir da queda do Muro de Berlim – em 1989 –, bem como, do alargamento da União Europeia, revisou-se esta teoria, dando origem ao intergovernamentalismo liberal (neointergovernamentalismo). Defende-se neste que as instituições supranacionais reforçam o poder de decisão dos Estados (SILVA; COSTA, 2013). O intergovernamentalismo liberal está associado à segunda vertente do intergovernamentalismo.

Pode-se observar que essa teoria apreende algumas características da Unasul, quando, por exemplo,

“(…) se observa que os governos de esquerda e centro-esquerda que assumem o poder na América do Sul já nos primeiros anos deste século são por vezes o mote de alguns autores para justificar a intensificação e frutificação da União. (...) a Unasul vale-se muito da disposição de todos os países na “força-tarefa” de dar tónus aos esforços da organização. Seja por apoio financeiro, diplomático, técnico, acadêmico etc., o importante é que os governos tratam paulatinamente da Unasul como uma possibilidade à projeção de poder geopolítico regional no sistema internacional, e desta forma, de blindagem a certos acontecimentos catastróficos do cenário internacional, como no caso de crises políticas e econômicas mundiais. A Unasul passa a ser, para os governos, a “testa-de-ferro” dos países, diminuindo a vulnerabilidade dos países menores ou mais frágeis e ampliando/projetando as capacidades dos países maiores e mais fortes em alguma medida” (LIMA, 2012, p. 18).

3.2 Teorias sobre integração econômica

Como feito por Balassa (1961), Nunes (2011) e Peruffo (2012), o Quadro 1 apresenta as etapas de integração, sendo cada etapa a evolução da anterior.

Segundo esses autores, a primeira etapa é o acordo de comércio preferencial, o qual visa à redução das tarifas no comércio intra-regional; a segunda etapa é a área de livre comércio, onde um grupo de países concorda em eliminar barreiras (tarifas, quotas etc.) sobre os bens importados e exportados entre o grupo; a terceira é a união aduaneira, que além de eliminar barreiras, adota uma tarifa externa comum – o Mercosul é um exemplo de união aduaneira; a quarta etapa é o mercado comum, o qual agrega a livre circulação de bens e

serviços – que é o objetivo do Mercosul; a quinta etapa é a união econômica, que acresce a necessidade de adequação às leis criadas pelos agentes controladores da união econômica, ou seja, onde as economias adotam uma política monetária comum – que é um dos objetivos da Unasul.

Quadro 1. Principais características dos diferentes tipos de acordo de integração comercial.

	Redução das tarifas no comércio intra-regional	Eliminação das tarifas no comércio intra-regional	Tarifas comuns para o resto do mundo	Fator de livre mobilidade	Harmonização das políticas Econômicas
Acordo de Comércio Preferencial	Sim				
Acordo de Livre Comércio		Sim			
União Aduaneira		Sim	Sim		Coordenação Desejável
Mercado comum		Sim	Sim	Sim	Coordenação Desejável
União Econômica		Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaboração de Peruffo (2012) com base na UNCTAD (2007).

Sob a ótica econômica, várias interpretações podem ser aplicadas aos processos de integração econômica, especialmente no que tange aos ganhos de comércio e às consequências sobre a balança de poder⁶ no sistema internacional⁷ (PERUFFO, 2012). Assim, esse capítulo foi dividido em dois tópicos. O primeiro versa sobre a visão da corrente convencional sobre integração monetária, a partir da Teoria das Áreas Monetárias Ótimas (TAMO). O segundo tópico apresenta uma visão heterodoxa.

Importante ressaltar que a Unasul é muito mais que uma integração econômica, ela possui objetivos muito maiores, como integração cultural e política. Por isso, as etapas

⁶ É muito importante sempre ter em mente o contexto internacional, bem como a atual situação, em que para se tenha voz, nesse mundo que tende a ser multipolar (SERBIN, 2009), faz-se necessária a criação de blocos de países. Para que, em blocos, os países tenham peso suficiente para se fazer ouvir, para influenciar nas decisões mundiais. Ou mesmo para sobreviver a choques externos. Como disse o presidente Lula: “uma América do Sul unida mexerá com o tabuleiro de poder no mundo” (ESTADÃO, 2014).

⁷ Entende-se “sistema internacional” por um conjunto de subsistemas ou sistemas básicos, interdependentes entre si: o político, o cultural e o econômico (GONÇALVES, 2005).

propostas por Balassa (1961) e suas modificações podem representar apenas uma pequena parte da integração, que é a parte econômica. Assim como as teorias a seguir.

3.2.1 Visão do *Mainstream*

Para os ortodoxos, o livre mercado é a principal justificativa para a construção de uniões monetárias, seja ela feita por meio de câmbios fixos ou por moedas únicas. Apoiam-se na ideia de que o mercado é o mecanismo mais eficiente de regulação econômica – quanto mais profunda for a integração, mais os países vão se relacionar via sistema de preços de mercado (AMADO; MOLLO, 2004; PERUFFO, 2012). A segunda justificativa está relacionada à concepção monetária do *mainstream* de que a moeda é neutra, tendo, assim, efeitos no médio e longo prazos apenas no nível geral de preços; e para que a inflação não atrapalhe a eficiência alocativa do mercado, por meio da distorção de preços relativos, faz-se necessário o controle inflacionário (AMADO; MOLLO, 2004; PERUFFO, 2012).

Em linhas gerais as condições econômicas que influenciam na criação de uma Área Monetária Ótima (AMO) são: a) tamanho e grau de abertura da economia; b) grau de circulação dos fatores de produção, capital e trabalho; c) grau de comércio intra-regional e diversificação da produção; e d) capacidade de ajuste da economia frente a choques assimétricos (FERRARI FILHO; PAULA, 2002; PERUFFO, 2012).

O tamanho e o grau de abertura da economia são importantes, pois mostram a relação entre bens *tradables* e *nontradables* de um país. Assim sendo, mais eficiente seria o câmbio fixo para controlar o equilíbrio externo e a estabilidade interna do nível de preços, quanto maior e mais aberta for a economia de uma região, mais fácil será ir para o equilíbrio (MCKINNON, 1963; PERUFFO, 2012). Isso ocorre, porque os bens transacionais podem ser mais bem regulados pelo mercado, então, quanto mais importante forem esses bens na economia e quanto maior for o grau de abertura, mais o mercado será influente na regulação (MCKINNON, 1963; PERUFFO, 2012).

O grau de mobilidade dos fatores, que está associado ao grau de abertura, segue a mesma lógica de regulação pelo mercado. Contudo, Mundell (1961) argumenta que o regime de câmbio fixo seria apropriado para áreas em que houvesse maior mobilidade, já o flexível para as que não possuíssem grande mobilidade.

O grau de comércio intra-regional e diversificação da produção é essencial para definir o regime de câmbio ótimo. Porquanto, quanto mais diversificada for a economia e maior for o comércio intra-indústria maiores serão os incentivos à integração (KENEN, 1969). Pois, uma economia pouco diversificada, em termos de atividade produtiva e

capacidade ocupacional, com câmbio fixo teria custos muito elevados para suportar possíveis choques externos, ao passo que uma economia diversificada não (FERRARI FILHO; PAULA, 2002; PERUFFO, 2012). Por conseguinte, a estrutura da economia é crucial para a definição do regime cambial.

E, por fim, a capacidade de ajuste da economia frente a choques assimétricos, está diretamente associada ao item anterior, sendo essencial para o bom funcionamento da AMO.

Alguns autores (FRANKEL; ROSE, 1998) apontam que é aceitável a ideia de que o ingresso de um país somente satisfaça os critérios da AMO (de estabilidade; diversificação etc.) após sua entrada, uma vez que os *business cycles* influenciariam positivamente na convergência econômica dos países (PERUFFO, 2012). Uma ideia que não era universalmente aceita pelos ortodoxos e que pode ter influenciado na união monetária da União Europeia.

Também dentro da ortodoxia, uma ideia complementar à TAMO é a coordenação de políticas econômicas entre os países. A integração entre os países está sujeita a fatores políticos que ultrapassam o atendimento a determinadas condições econômicas, por exemplo, os critérios para uma AMO (PERUFFO, 2012). Ainda, segundo Alesina, Barro e Tenreyro (2002), o próprio euro foi introduzido em uma conjuntura que não era a ideal para uma AMO. Assim, a análise sob a ótica da coordenação de políticas é relevante. O Quadro 2 aponta os níveis de coordenação de políticas econômicas, trazendo as características básicas, o nível de decisão e os benefícios dos seguintes níveis de coordenação: troca de informações; administração de crises; evitar conflitos entre objetivos em comum; coordenação cambial; coordenação parcial; e coordenação completa. Bem como no Quadro 1, cada etapa é a evolução da anterior, de maneira que a coordenação completa, também chamada de união política econômica, consiste na coordenação mais avançada, cujo nível de decisão é centralizado e o benefício alcança o ótimo de Pareto.

Quadro 2. Tipos de coordenação de políticas econômicas.

Nível de Coordenação	Características básicas	Nível de decisão	Benefícios
Troca de informações	Livre troca de informações sobre objetivos e prioridades da política econômica.	Descentralizado e Autônomo.	Através da eliminação de informações incompletas e incorretas sobre política econômica.
Administração de crises	Surge como resposta a crises internacionais e envolve cooperação relacionada exclusivamente com a crise.	Descentralizado e Autônomo.	Através de maior troca de informações.
Evitar conflitos entre os objetivos em comum	Surge quando os países têm objetivos similares (ex.: câmbio) e não são capazes de resolvê-los através de intervenção política.	Descentralizado, com menor grau de autonomia.	Resultado de acordos que limitam a possibilidade que os países fixem objetivos incompatíveis ou concorrentes.
Coordenação de objetivos intermediários (coordenação cambial)	É um grau de coordenação imitado e surge quando os países coordenam conjuntamente as variáveis que formam as principais conexões e <i>spillovers</i> entre eles. Nesse caso, as variáveis são tratadas como objetivos intermediários, sendo instrumentos para alcançar o melhor resultado.	Menor grau de descentralização e de autonomia. Não há órgãos internacionais que façam supervisão e garantam os acordos.	O melhor exemplo desse nível de coordenação é a coordenação cambial. Os benefícios são resultado da menor flutuação do câmbio, maior nível de confiança e menor possibilidade de ser atingido por crises internacionais.
Coordenação parcial (União Monetária)	Os países cooperam para alcançar alguns objetivos de acordo com alguma regra estabelecida. Normalmente, se refere à coordenação de política monetária, sem considerar a política fiscal.	Decisão internacional sobre os objetivos acordados. Há certa autonomia em relação aos demais objetivos.	Maior estabilidade monetária, maior fortaleza monetária e menores incertezas.
Coordenação completa (União Política e Econômica)	Os países adotam um processo de negociação sobre todos os objetivos e instrumentos de política econômica, como podem ser a política fiscal, monetária e cambial.	Centralizado.	Máximo benefício da coordenação. Alcança o ótimo de Pareto.

Fonte: Sarreira, Cunha e Bichara (2010, p. 472).

3.2.2 Visão da Heterodoxia

As teorias heterodoxas keynesianas de integração discordam da crença de mercados autorreguláveis e atribuem papel importante à presença estatal na economia (PERUFFO, 2012). Além disso, segundo Peruffo (2012), as propostas heterodoxas buscam preservar as peculiaridades de cada membro, bem como, avançar nas complementariedades entre os países. Já a keynesiana com o *bancor*⁸, ao partir de depreciações, considera as políticas econômicas nacionais e as complementariedades entre países (AMADO; MOLLO, 2004; PERUFFO, 2012). Ainda sob a ótica keynesiana, “é justamente por reconhecer a importância do papel do Estado regulador que (...) os processos de integração devem ser mais flexíveis, possibilitando a administração das especificidades dos países e evitando a necessidade de abdicação das políticas nacionais” (PERUFFO, 2012, p. 29).

De acordo com Peruffo (2012), quanto ao papel da moeda, para os heterodoxos ela não é neutra, o que faz com que haja certo ceticismo quanto às benesses de uma união monetária. Dentro do pensamento keynesiano,

“as dificuldades a serem enfrentadas pelas uniões monetárias estariam relacionadas às diferentes preferências pela liquidez entre países e regiões com níveis de desenvolvimento distintos. Em um cenário de incerteza, no qual a liquidez representa segurança e proteção, a taxa de juros é um instrumento que estimula os agentes a abrirem mão da liquidez. Como resultado, a dinâmica monetária tende a aumentar as desigualdades regionais – e não reduzir, como propõe a teoria ortodoxa –, uma vez que a maior demanda por liquidez nas regiões menos desenvolvidas, como resposta à maior incerteza, se reflete em taxas de juros mais elevadas, inibindo o investimento e o crescimento.” (PERUFFO, 2012, p. 30).

O principal motivo, então, de buscar uma moeda tipo *bancor* é que ela imune a preferência pela liquidez, o que dá mais liberdade para as políticas monetárias nacionais. Além de promover uma integração do comércio e não do mercado de capitais. Não fazendo também com que todo um sistema, por estar baseado na moeda de um país, fique a mercê da

⁸ O *bancor* é parte da proposta apresentada por Keynes na Conferência de Bretton Woods (em 1944) e consiste em uma moeda contábil que ficaria sob os cuidados de uma Câmara Internacional de Compensações, essa moeda, por ser contábil, seria imune à preferência pela liquidez. Keynes propôs, ainda, que os países superavitários também fossem punidos pagando uma taxa sobre seu superávit, desestimulando-o (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987). Outros itens da proposta eram: 1) taxas de câmbio fixas, sendo que em situação de desequilíbrios estruturais, os países poderiam, a partir de autorização prévia, ajustar as taxas; 2) criação de um fundo de estabilização robusto, cujo objetivo seria o de financiar os países deficitários e não condicionaria os empréstimos a determinadas posturas (diferentemente do Fundo Monetário Internacional de hoje, esse fundo vislumbrado por Keynes não interferiria nas políticas macroeconômicas dos países que recorressem a ele); 3) controles sobre os movimentos de capitais, os quais seriam importantes para diminuir as volatilidades do sistema e enfraquecer a especulação contra economias nacionais; etc. (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987).

política econômica de um país, como ocorreu na crise de 2008, e com os efeitos posteriores do afrouxamento quantitativo dos Estados Unidos.

Portanto, a teoria heterodoxa keynesiana é reticente quanto aos efeitos das integrações monetárias reguladas por mecanismos privados. Dessa forma, há a necessidade da ação estatal para que não haja uma tendência à desigualdade regional (PERUFFO, 2012). Sendo que esse tipo de integração é visto como a alternativa *second best*, dado que a reforma do sistema monetário internacional (a qual seria a melhor alternativa) está fora de alcance (SARREIRA, CUNHA; BICHARA 2010; PERRUFO, 2012).

3.2.2.1 Sistema Único de Compensação Regional

A importância de uma moeda comum para o desenvolvimento de uma integração sólida está no fato de que ela dinamiza a economia de quem a utiliza: dá acesso a um mercado consumidor maior; reduz (ou zera) custos de conversão; simplifica procedimentos administrativos para pagamentos internacionais; reduz outros custos de transação causados por assimetria de informação; aumenta a diversificação dos bens ofertados nos mercados; e, possivelmente preços mais baixos para os consumidores (SUCRE, 2013a). Se a moeda for apenas contábil, ainda há um bônus de dinamismo nas economias, uma vez que ela só pode ser usada dentro do grupo, e ainda anula a probabilidade de ataques especulativos.

Uma das propostas de Keynes na Conferência de Bretton Woods foi a criação do *bancor*, que consistia em uma moeda contábil que ficaria sob os cuidados de uma Câmara Internacional de Compensações; essa moeda, por ser contábil, seria imune à preferência pela liquidez. Keynes propôs, ainda, que os países superavitários também fossem punidos pagando uma taxa sobre seu superávit, desestimulando-o (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987).

Dentro do contexto sul-americano, a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos ou ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas), criou no final de 2008 o Sistema Único de Compensação Regional (SUCRE), que é um:

“mecanismo que sirve para la canalización de pagos internacionales resultantes de las operaciones de comercio recíproco entre sus países miembros. Este Sistema se basa en la utilización de una moneda virtual “sucre”, para el registro de las operaciones exclusivamente entre los bancos centrales, en tanto que la liquidación local (pagos a exportadores y cobros a importadores) se efectúa con las respectivas monedas locales de

los países miembros (en el Ecuador se realizará en dólares).” (SUCRE, 2013b).

Até meados de 2014, cinco países tinham aderido a esse sistema, são eles: Bolívia, Cuba, Equador, Nicarágua e Venezuela⁹. O SUCRE é um sistema semelhante (mas não é igual) ao proposto por Keynes em Bretton Woods.

⁹ Para mais informações detalhando o funcionamento do SUCRE, consultar o site: <<http://www.sucrealba.org/>>.

4 BREVE REVISÃO DE LITERATURA

A fim de buscar estudos semelhantes para a Unasul, efetuou-se uma breve revisão de literatura. Entre os trabalhos encontrados, a maioria foi feita sob a ótica das relações internacionais ou sob a do direito internacional, além de alguns trabalhos na área de saúde e defesa regional. Poucos estudos discutiam a Unasul sob a ótica econômica e ainda mais escassos, como pode ser visto a seguir, são os que tratavam da possibilidade de uma integração monetária.

Carneiro (2011) analisou, através da utilização de procedimentos histórico-institucionais e empíricos, a existência de condições institucionais e econômicas no que tange a integração de mercado, bem como, a simetria a choques que tornam possível um processo mais elaborado de cooperação, a convergência de políticas macroeconômicas e também a integração financeira e monetária dentro do contexto do Mercosul Ampliado¹⁰. A autora concluiu que os países que compõem o bloco estão avançando lentamente no sentido de um processo mais forte de cooperação, integração monetária e financeira regional, bem como que apesar do Mercosul Ampliado apresentar inúmeros pontos em prol do avanço deste processo, existem outros fatores que apontam para obstáculos em relação ao progresso dessa estratégia. No entanto, apontou que esses entraves podem ser superados e que para isso é preciso haver vontade política por parte dos países que estão participando deste processo (CARNEIRO, 2011).

Nunes (2011), por sua vez, aborda, por meios de indicadores econômicos, se é possível, sob a luz da teoria de área monetária ótima, que a Unasul adote uma moeda única. O trabalho, a partir dos indicadores, conclui que não é possível uma moeda única devido a existência de grande heterogeneidade entre os países.

Peruffo (2012) verificou a viabilidade do surgimento de um subsistema monetário na América do Sul que fosse centrado na economia brasileira. Além disso, a autora também averiguou a possibilidade de avançar a integração, considerando as assimetrias regionais, sem que o desenvolvimento nacional fosse comprometido e, por fim, se os atuais mecanismos de cooperação monetária e financeira são capazes de garantir o avanço da integração regional. A autora concluiu que há diversos fatores em comum entre os países sul-americanos que poderiam facilitar um eventual aprofundamento da integração monetária e financeira na região. Segundo a autora, os países apresentam indicadores econômicos

¹⁰ São os mesmos países considerados neste trabalho.

similares e se os países apresentarem “preferências semelhantes sobre questões políticas e econômicas assim como sobre valores políticos e culturais, provavelmente eles estarão mais dispostos a aceitar as políticas de seus vizinhos e a cooperar entre si” (PERUFFO, 2012, p. 118), o que segundo ela, parece ser o caso da América do Sul.

Devido aos poucos estudos sobre a integração econômica da Unasul, foi realizada uma nova pesquisa, considerando também alguns trabalhos sobre o Mercosul.

Giambiagi (1998) discute sobre algumas críticas feitas em relação a proposta de criação de uma moeda única para o Mercosul, esclarecendo que a proposta precisa ser compreendida como meta a ser alcançada depois da concretização de vários pré-requisitos. O autor conclui refletindo a respeito da necessidade do Brasil definir o papel que almeja possuir no contexto mundial – depois de 15 ou 20 anos.

Arestis. et al (2003) discutem que a proposição de se utilizar uma moeda única, no estilo da União Monetária Europeia (UME), é adequada e factível para o Mercosul. Eles destacam três pontos que precisam ser levados em conta: a necessidade de um modelo de união monetária semelhante a UME resultar em políticas deflacionárias; a existência de um dilema entre integração econômica e união política e, por fim, é preciso levar em consideração, com seriedade, as preocupações da literatura em relação aos AMOs. Além disso, o estudo também demonstra que não existe prova de convergência macroeconômica no Mercosul, pois os critérios básicos definidos pela literatura foram alcançados somente de forma mínima.

Ribeiro (2012) analisou a implantação do euro na União Europeia, destacando as vantagens e desvantagens dessa nova moeda. Também apresentou comentários quanto a possibilidade de integração monetária através de uma moeda única para o Mercosul, levando em conta os aspectos jurídicos que são inerentes a essa proposta, em especial com relação a soberania dos Estados membros do bloco.

O presente trabalho se diferencia dos demais por se aprofundar mais na discussão teórica com relação a uma integração como um todo, ou seja, não somente econômica, e apresentar a ideia de moeda comum. Há também diferenciação no que tange o histórico da integração sul-americana e a discussão política, ambos são mais densos. Bem como, com relação aos indicadores, o presente estudo também apresenta os de âmbito social. Além disso, essa pesquisa se difere especificamente dos trabalhos sobre o Mercosul de Giambiagi (1998), Arestis. et al (2003) e Ribeiro (2012) por ser sobre a Unasul.

5 BREVE HISTÓRICO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL

Esse capítulo apresenta um breve histórico das tentativas de integração na América do Sul, sendo dividida em quatro tópicos: Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC); Mercado Comum do Sul (Mercosul); Comunidade Andina de Nações (CAN); e União das Nações Sul-americanas (Unasul).

5.1 Comissão Econômica para a América Latina e Associação Latino-Americana de Livre Comércio

Desde seu início, 1948, a Cepal, Comissão Econômica para América Latina das Nações Unidas, vislumbra o desenvolvimento para a América Latina a partir de dois fatores fundamentais: a industrialização; e a integração regional, a qual era vista como um meio que permitiria um grande aumento da escala de produção e mercado (BRAGA, 2002; HAFFNER, 2002; ALIMONDA, 2012). A Cepal tinha como princípio que a região deveria se industrializar e não somente vender produtos primários para crescer economicamente. Bem como, que os mercados nacionais eram muito pequenos para a produção de bens com tecnologias mais elaboradas. Com a integração, o mercado se ampliaria, o que facilitaria ganhos de escala. Destarte, os bens teriam preço e qualidade podendo assim concorrer com produtos de fora da zona integrada (MENEZES; PENNA FILHO, 2006).

Na década 1960, foi criada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), a qual tinha por objetivo fomentar a integração comercial dos países, ou seja, ampliar a dimensão dos mercados nacionais, como parte do projeto cepalino, através da diminuição gradual de barreiras ao comércio intra-regional (HAFFNER, 2002; CAVLAK, 2012; CARVALHO; ROSEVICS, 2013).

Assim, a ALALC possuía propostas ambiciosas e de difícil implementação quando colocada em frente à realidade dos países. A integração se iniciou com grande parte dos países latino-americanos¹¹. Estabeleceu-se que os países de menor desenvolvimento relativo teriam tratamentos diferenciados e poderiam ser criadas restrições temporárias às importações de um ou outro membro (MENEZES; PENNA FILHO, 2006).

¹¹ Sendo esses: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru, e Uruguai. Em 1970, aderiram ao acordo: Bolívia, Colômbia, Equador, e Venezuela.

A Cepal pretendia estabelecer na região um sistema de créditos e assistência técnica e, segundo Menezes e Penna Filho (2006), propunha-se a criar um corpo consultivo com os países da integração e alguma forma institucionalizada para esclarecer dúvidas a respeito de comércio.

De acordo com Menezes e Penna Filho (2006), o comércio total da área era pequeno; no início do processo de integração representava menos de 6% do total do comércio com os países de fora da área. No final da ALALC, em 1980, essas trocas subiram para cerca de 10%. A título de comparação, quando a integração na Europa começou, esse valor era em torno de 40% (MENEZES; PENNA FILHO, 2006).

Menezes e Penna Filho (2006) relataram que, ao se observar a realidade, tem-se que, de forma geral, os países da América Latina produziam quase os mesmos bens no campo e as economias eram mais competitivas do que complementares. Os consumidores dos exportáveis latino-americanos continuavam a serem os mercados de antes. Além disso, segundo os autores, os sistemas de transportes internos eram deficitários, ou seja, eram escassas as rodovias, ferrovias e hidrovias que ligassem os países; dessa forma, os portos continuavam sendo o único meio para comprar ou vender produtos. Ou seja, a integração já se iniciava com um gargalo enorme. Algumas vezes, era preferível a um país da região comprar minério do Chile vindo do porto de Nova Orleans, nos Estados Unidos, do que diretamente (MENEZES; PENNA FILHO, 2006).

Ainda de acordo com Menezes e Penna Filho (2006), entre os membros da ALALC havia muita fricção¹²; os países de economias menores tinham receio de abrir o comércio e serem sufocados por economias maiores, como as do Brasil, Argentina e México, as quais já possuíam certa industrialização. Por esse e outros motivos, as economias menores começaram a reclamar e ganharam concessões, contudo, quanto mais uma economia ganhava proteção extra, mais a tentativa de integração falhava. Um ponto a ressaltar é que mesmo com a proteção extra, as economias menores não possuíam exportáveis para as economias do grupo, uma vez que, de modo geral, produziam bens primários, os quais também eram produzidos pelos outros países (MENEZES; PENNA FILHO, 2006). Assim, havia a necessidade de mais investimento, tanto em infraestrutura – energia e logística –, como em novos produtos que fossem complementares aos de outras economias do grupo (MENEZES; PENNA FILHO, 2006).

¹² Não havia um consenso sobre qual a melhor forma de integrar-se ou limite para isso. Além disso, cabe destacar o contexto da região, de golpes militares. Menezes e Penna Filho (2006) apontam ainda, por exemplo, as fricções Bolívia-Chile, com relação à saída para o mar etc. No Anexo 3 há os conflitos históricos da região.

Todavia, não existia interesse estrangeiro em investir em países menores. (MENEZES; PENNA FILHO, 2006). Por exemplo: por que investir em uma fábrica na Bolívia ou no Paraguai se poderia investir no Brasil, um país com melhor estrutura?

Em 1980, a ALALC foi substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) que objetiva, além da integração econômica, uma maior integração social e política dos países membros (CARVALHO; ROSEVICS, 2013). A ALADI é o maior mecanismo de integração latino-americana, sendo composta, além dos países que compunham a ALALC, também por Cuba (aceita em 1998), Panamá (aceito em 2009) e a Nicarágua está em processo de adesão (BRASIL, 2013a; ALADI, 2014b).

O Tratado de Montevidéu de 1980, que instituiu a ALADI, coincidia em seu objetivo fim ao que instituiu a ALALC de 1960, entretanto, introduziu profundas mudanças na orientação do processo e na concepção de sua operação:

“Primeiro, o programa de liberalização comercial multilateral e seus mecanismos auxiliares, que visavam aperfeiçoar uma zona de livre-comércio, foram substituídos por uma área de preferências econômicas integrada por um conjunto de mecanismos que abrange uma preferência tarifária regional, acordos de alcance regional e acordos de alcance parcial. Esses instrumentos oferecem múltiplas opções operacionais aos países-membros, cuja convergência permitirá avançar para etapas superiores de integração econômica.

Segundo, o caráter basicamente comercial do Tratado de Montevidéu 1960 foi substituído pela coexistência de três funções básicas da nova associação: a promoção e regulamentação do comércio recíproco, a complementação econômica e o desenvolvimento de ações de cooperação econômica que levem à ampliação dos mercados.

Terceiro, apesar de que o Tratado de Montevidéu 1960 reconhecesse um estatuto especial para os países de menor desenvolvimento econômico relativo, o novo esquema incorporou, como um dos eixos fundamentais de ação da ALADI, um sistema integral de apoio em seu favor e reconheceu expressamente uma categoria de países de desenvolvimento intermediário, a fim de determinar tratamentos diferenciais nos diferentes mecanismos e normas” (ALADI, 2013).

Tanto o modelo – integração regional a partir da integração dos mercados – quanto os projetos de integração foram seguidamente esvaziados pelos obstáculos estruturais das próprias economias; pela não complementariedade entre os mercados, somadas as crises internacionais; pelo crescente endividamento; e pelas desarmonias em torno do projeto de integração, entre visões que defendiam o livre-comércio e as que almejavam uma integração mais profunda (CARVALHO; ROSEVICS, 2013).

5.2 Mercado Comum do Sul

A partir da ótica brasileira, por muitas décadas a integração sul-americana foi relegada ao segundo plano. Segundo Carvalho e Rosevics (2013), o Brasil buscava maior aproximação com os polos de poder estadunidenses e europeus. A rivalidade histórica com a Argentina, a qual chegou ao auge na década de 1970, com as discussões acerca dos projetos hidroenergéticos e nucleares, sempre foi um grande entrave à integração regional (CARVALHO; ROSEVICS, 2013).

Somente nos governos Sarney (1985 a 1990) e Alfonsín (1983 a 1989), com a retomada da democracia na América do Sul, o quadro começou a mudar. O Brasil e a Argentina iniciaram, nesses governos, conversas sobre um projeto de integração profunda, econômica, social e institucional – pensava-se inclusive em uma moeda única (TV BRASIL, 2010). Em 1986, em Buenos Aires, Sarney e Alfonsín assinaram a Ata para a Integração Argentino-Brasileira e Protocolos. O presidente do Uruguai, Sanguinetti, foi convidado para participar do encontro, analisar as propostas e, no futuro, associar-se ao projeto (MENEZES; PENNA FILHO, 2006).

Cabe destaque que a participação do Uruguai, uma economia relativamente menor no projeto, poderia ser um treinamento para que não houvesse os mesmos erros cometidos em processos anteriores (MENEZES; PENNA FILHO, 2006). Ainda, é relevante ressaltar, que o Uruguai possuía certa complementariedade com as outras duas grandes economias – a saber, brasileira e argentina –, assim como havia entre as economias brasileira e argentina (MENEZES; PENNA FILHO, 2006). Contudo, com a mudança de governo nesses dois países, o projeto tomou um caráter mais econômico e comercial (ÁNGELIS; PORTA, 2013; CANCINO, 2013).

Em 1990, os presidentes Collor e Menem assinaram a Ata de Buenos Aires, a qual visava a total integração alfandegária entre Brasil e Argentina. No mesmo ano, Paraguai e Uruguai manifestaram interesse em participar desse processo. Assim sendo, em 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção, com vistas a criar o Mercosul. O objetivo principal do Tratado é:

“a integração dos quatro Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes” (BRASIL, 2013b).

Cabe notar que o modelo de “regionalismo aberto” escolhido manteve-se nos marcos da redução do Estado, promovendo a integração comercial liderada pela liberalização

crecente de tarifas, mercadorias e do capital, tal como recomendava a cartilha neoliberal dos anos 1990 (CARVALHO; ROSEVICS, 2013).

Além disso, segundo Menezes e Penna Filho (2006), a participação do Paraguai no Mercosul não possuía sentido econômico, cabendo assim inferir que sua inclusão se deu devido a razões políticas, uma vez que a economia paraguaia, no setor agropecuário, compete com a brasileira. Produz café, algodão, soja, menta, carne e madeira, produtos que o Brasil é autossuficiente e até exportador. Já no campo industrial, o Paraguai é “negligenciável” (MENEZES; PENNA FILHO, 2006; ÁNGELIS; PORTA, 2013; CANCINO, 2013).

Desde 1974, podem-se importar, no Paraguai, produtos industrializados de qualquer parte do mundo pagando-se taxas reduzidas de importação; essa medida foi tomada no governo Stroessner (1954 a 1989), como forma de proteção da economia paraguaia, uma vez que o país importava muito do Brasil, mas não possuía exportáveis (MENEZES; PENNA FILHO, 2006). O Paraguai, então, fez de algumas cidades fronteiriças grandes “*shoppings*”, o que é visivelmente um problema para um possível estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), dado a possibilidade de triangulação, já que a renda desse comércio não é nada desprezível, dado o tamanho da economia paraguaia (MENEZES; PENNA FILHO, 2006). Para evitar triangulação de produtos, China exporta para o Paraguai, que possui tarifas reduzidas para a exportação para o Brasil; para que seus produtos cheguem ao Brasil, há a exigência, para a redução de barreiras, de um mínimo de conteúdo mercosulino no produto.

Em teoria, existem soluções para que a integração possa funcionar melhor mesmo com a presença do Paraguai: a criação de um possível sistema de cotas para que os produtos agrários paraguaios pudessem entrar no Brasil; financiamento e incentivo para que o Paraguai passe a produzir bens complementares; no campo industrial, algumas fábricas brasileiras ou argentinas se instalem no Paraguai, aproveitando energia e mão de obra baratas (MENEZES; PENNA FILHO, 2006). Com exceção do acertado reajuste que triplicou o valor pago pela energia de Itaipu, feito somente no final do governo Lula (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2011), pouco foi feito para que o Paraguai enxergasse qualquer vantagem em uma aproximação com os países sul-americanos.

Em compêndio, o Mercosul se propunha, por meio de uma abertura de mercados, dinamizar as trocas entre os países membros (REBÊLO, 2011). Ou seja, a ampliação do mercado é vista como fundamental para o crescimento econômico, ideia similar a da Cepal na década de 1950. Não funcionou antes, mas essa visão é acertada, a experiência

adquirida anteriormente ajudou nessa nova tentativa integracionista (MENEZES; PENNA FILHO, 2006).

O Tratado de Assunção estabelece ainda a intenção de adotar uma política comercial comum frente a outros países. Ou seja, pretende-se utilizar uma só linguagem, de forma coordenada, nas relações comerciais com países e blocos econômicos de outras regiões, aumentando o poder de barganha da região. Não obstante, o que se tem com o objetivo de obter mais vantagens e aberturas comerciais para o setor agrícola, os negociadores do Mercosul não dão a mesma ênfase na busca por aberturas maiores no setor industrial, em setores que os países também são competitivos (MENEZES; PENNA FILHO, 2006). Também é prevista a coordenação das políticas fiscal, monetária, cambial, de comércio exterior e de capital, objetivando assegurar condições de competição justa entre os membros (MENEZES; PENNA FILHO, 2006).

Para a concretização da liberalização comercial, criou-se um cronograma para a eliminação gradual e progressiva de barreiras:

“Partia-se de um patamar preestabelecido de corte alfandegário de 47%, em 30/6/1991. Em 31/12/1991, subiria para 54% e em 30/6/1992, chegaria a 61%, aumentaria para 68%, em 31/12/1992, e atingiria 75%, em 30/6/1993. Seis meses depois, 31/12/1993, estaria num patamar de 82%, no meio do próximo ano, em 30/6/1994, no momento da entrada do tratado em vigor, teria de ser de 100% a eliminação alfandegária na maioria dos produtos comercializados na área” (MENEZES; PENNA FILHO, 2006, p. 56).

Além disso, havia as listas de exceções, as quais tinham numerosos itens, contudo, também possuíam rígidos prazos para acabar. Um plano ingênuo, pois, apesar do Brasil, no que tange às tarifas, ter implantado um rápido processo de redução (CARNEIRO, 2002), isso não necessariamente foi seguido pelos outros países do Mercosul. Outro ponto importante é que, no caso brasileiro, houve uma redução de barreiras de forma ampla (praticamente unilateral), assim, a abertura do modo como foi feita abriu grande espaço para produtos de fora do bloco, uma vez que, dado o passado de crise recente (anos 1980), a indústria nacional não estava preparada para concorrer com as de fora do bloco (SUZIGAN, 1993; ROLIM, 1997).

Após a assinatura do Tratado de Assunção, o comércio intra-bloco aumentou significativamente: o volume total de comércio, em 1991, era de US\$ 10,2 bilhões e, em 1997, chegou a US\$ 41,1 bilhões – além disso, a circulação de pessoas pelos países do bloco, no mesmo período, cresceu 75% (CARVALHO, 2009). Um dado importante sobre o Mercosul é que, apesar do aumento nas trocas internas, o comércio com outros países também aumentou, ou seja, não houve desvio de comércio (MENEZES; PENNA FILHO, 2006).

Com relação ao maior membro do bloco, o Brasil sustentou, após 1996, recorrentes déficits com a Argentina, superávit com o Paraguai e, com o Uruguai, pequenas oscilações em torno do equilíbrio (MENEZES; PENNA FILHO, 2006). O que mostra que, mesmo durante a crise Argentina (a qual ocorreu durante toda a década de 1990, contudo, o período crítico foi entre 1999 e 2002), o Brasil foi um bom parceiro para esta.

Porém, entre 1998 e 2002, o Mercosul, em sua dimensão comercial, estagnou ou mesmo retrocedeu (HOFFMANN; COUTINHO; KFURI, 2008). Perdendo assim, espaço dentro das relações internacionais. Mesmo com o avanço nas áreas político-institucional e social, por exemplo, com o Protocolo de Ushuaia¹³, de 1998, o qual deu um salto político na relação dos países membros do bloco, ou na obrigatoriedade do ensino de espanhol nas escolas de nível médio brasileiras e português nos outros países membros, o Mercosul perdeu relevância. Uma nova força ao bloco vem sendo dada a partir das vitórias em eleições presidenciais de políticos de centro-esquerda e esquerda¹⁴, os quais têm pautado a importância de uma integração na América Latina e feito gestos e políticas recorrentes em prol disso (SARAIVA, 2011).

O que chama atenção no processo de integração do Mercosul é que os problemas surgidos têm sido resolvidos de maneira negociada, como, por exemplo, nas diversas vezes que a Argentina barrou produtos brasileiros na fronteira e isso não gerou grandes dificuldades para o processo de integração¹⁵ (MENEZES; PENNA FILHO, 2006). Nas relações Brasil e Argentina, apesar dos conflitos, nunca se abandonou o sonho de integração (MENEZES; PENNA FILHO, 2006).

Atualmente, além dos países anteriormente citados, faz parte do Mercosul a Venezuela (entrada em 2012, como “membro de pleno direito”¹⁶) e a Bolívia está em processo de adesão.

5.3 Comunidade Andina de Nações

Desentendimentos dentro da ALALC motivaram a formação do Pacto Andino, o qual se deu em 26 de maio de 1969, através do Acordo de Cartagena, assinado por um

¹³ Nesse protocolo estava a cláusula democrática, segundo a qual, “a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Partes do presente Protocolo” (MERCOSUL, 1998).

¹⁴ Ver Anexo 1, Tabela com os presidentes sul-americanos e seus respectivos partidos.

¹⁵ Um caso famoso ocorreu em 2009 quando a Argentina barrou 4 milhões de pares de sapatos que seriam importados do Brasil (G1, 2014).

¹⁶ O Protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul foi assinado em 2006 e somente ratificado por todos os membros do Mercosul em 2012.

grupo de países dos Andes. Inicialmente, compunham o Pacto: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. A Venezuela entrou em 1973 e o Chile se afastou em 1976 (CAN, 2014).

O Acordo previa:

“(…) liberação comercial, coordenação na política de desenvolvimento industrial, tratamento especial para as multinacionais, programa unificado para importações, criação de uma corporação de fomento, atuação em conjunto na pesquisa científica e na educação, criação de uma tarifa externa comum, coordenação e harmonização de suas políticas econômicas e investimentos em infra-estrutura” (MENEZES; PENNA FILHO, 2006, p. 67-68).

Depois da criação do Acordo de Cartagena, a tentativa de integração ficou parada por bastante tempo, sendo retomada, principalmente, através de diversos encontros presidenciais, os quais foram essenciais para que a integração entre os países andinos caminhassem (MENEZES; PENNA FILHO, 2006).

Atualmente, o grupo passou a ser chamado de Comunidade Andina (CAN). Dentre as decisões tomadas nesses encontros presidenciais, cabe destacar a criação, em 1991, da Zona de Livre Comércio (ZLC); em 1995, a criação da União Aduaneira Andina; a criação do Parlamento Andino, merecendo destaque a elaboração, em 10 de junho de 2000, do protocolo intitulado “compromisso da Comunidade Andina pela democracia”, o qual consiste em um protocolo adicional ao Acordo de Cartagena (MENEZES; PENNA FILHO, 2006).

Segundo Menezes e Penna Filho (2006), houve ainda a decisão, em junho de 2001, da permissão pela livre circulação de pessoas dentro da área que compunha a integração, sendo que se abriu um pequeno adendo onde se permitia que profissionais técnicos trabalhassem em outros países dentro dessa área, havendo o reconhecimento de diplomas universitários dentro da área dos países que compunham a integração. Existiu também a deliberação no sentido de chegar a um Mercado Comum para os países que compunha a CAN e a aprovação de uma política externa comum (MENEZES; PENNA FILHO, 2006).

Pode-se concluir que, apesar das dificuldades, existe certa

“(…) unidade econômica maior entre os povos dessa área sul-americana. E, por fim, é preciso ressaltar o trabalho da Corporação Andina de Fomento. Essa agência, com suporte técnico e financeiro, tem sido o motor da tentativa de integração econômica” (MENEZES; PENNA FILHO, 2006, p. 74).

Contudo, em 2006, a Venezuela se afastou da CAN para ingressar no Mercosul. O que indica um melhor sucesso do Mercosul, sendo este a possibilidade de integração econômica para a América do Sul.

5.4 União das Nações Sul-Americanas

Em 2004¹⁷, foi assinada a Declaração de Cuzco, em que os doze Estados sul-americanos – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela – assumiram intenções de estabelecer parâmetros igualitários nas áreas econômica, social, política, ambiental e de infraestrutura.

Em 2008, em uma reunião em Brasília, dez dos doze países¹⁸ ratificaram a criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), completando o mínimo de ratificações necessárias para o Tratado entrar em vigor em 2011 (BRASIL, 2013c).

Sendo assim, a Unasul tem por objetivo:

“construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados” (UNASUL, 2008).

Desse modo, pode-se afirmar que a Unasul¹⁹ tem uma abrangência muito maior que o Mercosul, este sendo limitado, *de facto*, a economia de alguns países da América do Sul. Já a Unasul não só abrange um grupo muito maior de países como se propõe a uma integração econômica mais intensa. Sendo que, um dos objetivos específicos da Unasul é uma “integração financeira mediante a adoção de mecanismos compatíveis com as políticas econômicas e fiscais dos Estados Membros” (UNASUL, 2008). Essa diferença de caráter entre ambas as integrações pode ser decorrente do pensamento político das lideranças dos países envolvidos nas mesmas na época da elaboração dos Tratados.

Então, a Unasul envolve não somente uma integração econômica, mas também uma integração na área de defesa²⁰, de segurança energética, na área da saúde²¹, de infraestrutura e planejamento, na área de educação, na área de tecnologia e desenvolvimento,

¹⁷ No Anexo 2 há a cronologia dos acontecimentos mais importantes para a criação da Unasul.

¹⁸ Os países que ratificaram foram: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Mais tarde ratificaram o acordo os outros dois países, a saber, Colômbia e Paraguai.

¹⁹ Engloba todos os países participantes do Mercosul.

²⁰ Ver Dreger (2009).

²¹ Ver Buss e Ferreira (2010; 2011).

na área de cultura, no âmbito da justiça, na área de cidadania e direitos humanos²², no retrógrado “combate” às drogas²³ etc. Ou ainda, segundo Dreger (2009),

“(…) a Unasul nasce como um processo político, tendo como objetivo, também, a cooperação técnica e econômica. Diversos setores estão previstos no ambicioso projeto integracionista do bloco (...) **em uma tentativa de forçar a integração a partir de setores estratégicos**” (DREGER, 2009, p. 13, grifo nosso).

5.4.1 Estrutura Interna da Unasul

A Figura 1 mostra a estrutura interna da Unasul. Nela é possível observar o amplo campo em que a Unasul pretende agir. A existência do Grupo de Trabalho de Integração Financeira (GTIF) demonstra a intenção verdadeira dos países de também se integrarem nessa área.

5.4.2 Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

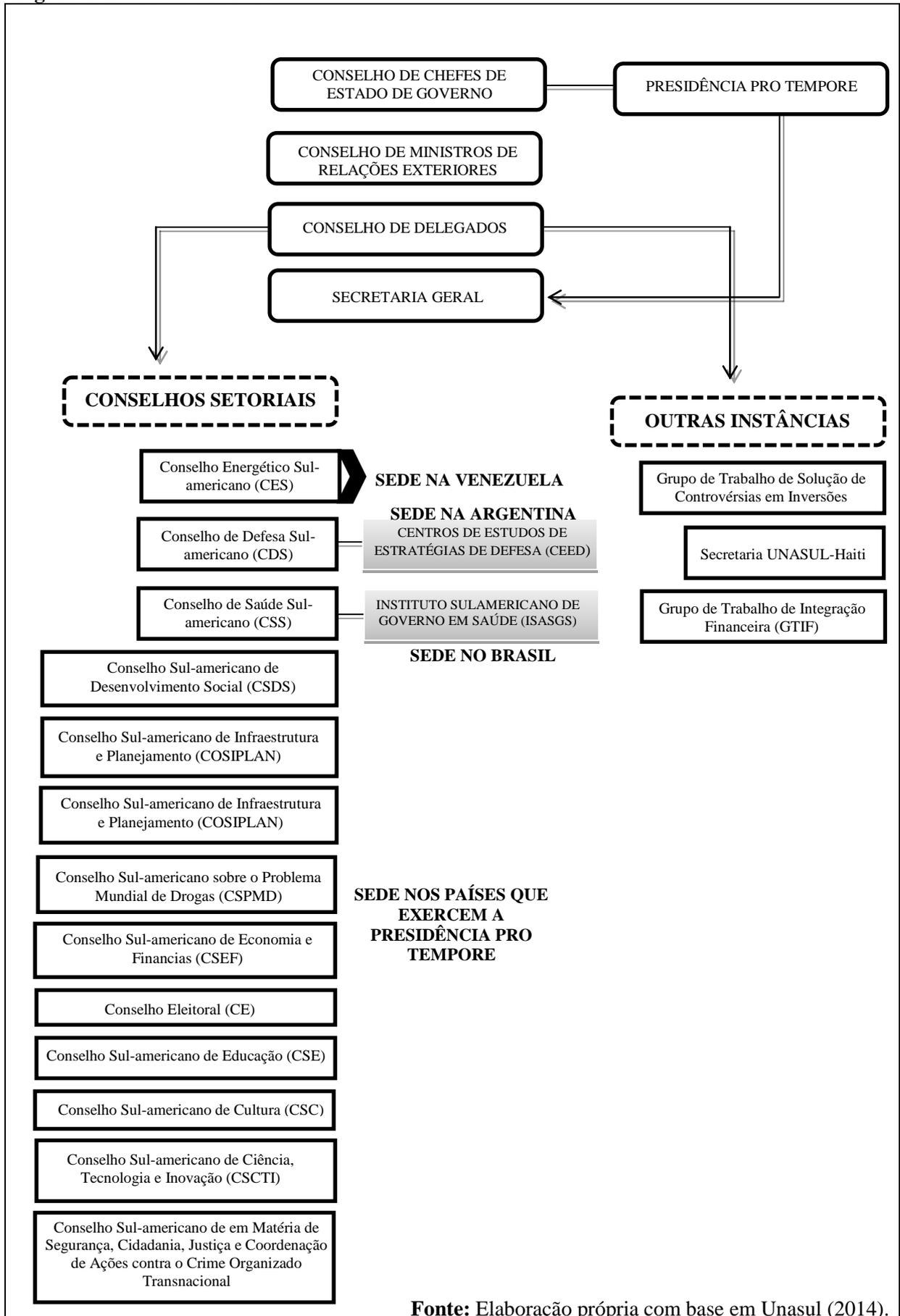
A iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) foi lançada em 2000, durante a primeira reunião de presidentes da América do Sul, contando com a adesão de todos os países da região. A princípio, a IIRSA fora pensada para aumentar a competitividade da produção e ser alicerce para uma integração da região com a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) (PADULA, 2013). Contudo, tem funcionado como um portfólio de projetos de integração a serem financiados, a juros subsidiados, por bancos de fomento associados, sendo fundamental para os projetos de integração intra-regional.

A IIRSA foi transformada, logo após a criação da Unasul, no braço de investimentos em infraestrutura desta. Alguns autores apontam (PORTO-GONGALVES; QUENTAL, 2012; JERONYMO; GUERRA, 2013) que a IIRSA, na prática, não integra os mercados da região, mas apenas propicia aos países da região uma melhor ligação com os mercados de fora. O que é um grande problema, porque a integração dos mercados sul-americanos é condição *sine qua non* para uma integração ampla (social e política). Além do fato de que investimentos voltados a apenas o escoamento da produção para os países centrais, invariavelmente, é sinônimo de exportação de bens de pouco valor agregado – o que aumenta a dependência.

²² Ver Schmidt (2010).

²³ A criação do Conselho Sul-americano sobre o Problema Mundial das Drogas foi uma exigência da Colômbia, cujo foco é a coordenação multinacional das políticas de “combate” às drogas.

Figura 1. Estrutura da Unasul.



Fonte: Elaboração própria com base em Unasul (2014).

5.4.3 A relação de coexistência Mercosul-Unasul

Pode-se pensar, pela ótica econômica/comercial brasileira, o esforço sobre o Mercosul como sendo um esforço para uma integração consolidada, já a Unasul como sendo um avanço, um norte de ampliação. Sistematizando, a Unasul, ao incentivar, por exemplo,

“(…) a formação de uma área de livre-comércio entre a Comunidade Andina e o Mercosul, intensifica o aspecto horizontal integrativo, juntando diferentes atores. A integração sul-americana assume, então, contornos regionais, superando a lógica sub-regional. Porém, a simples formação de uma área de livre-comércio ainda seria uma proposta tímida diante dos benefícios da integração e dos desafios do mundo globalizado” (OLIVEIRA; SALGADO, 2011, p. 10).

Já o Mercosul, por outro lado,

“(…) é o instrumento capaz de dar profundidade e substância à integração regional, por meio dos esforços de integração econômica. É o elemento capaz de assegurar um grau mais elevado de interdependência regional, que preveniria sua dissolução por motivos momentâneos e passageiros. A perspectiva de consolidação de um mercado comum na América do Sul, que seria feita a partir do Mercosul, teria um efeito muito mais importante no sentido de gerar uma dependência mútua entre os países, do que uma simples área de livre comércio” (OLIVEIRA; SALGADO, 2011, p. 10).

Ainda, em um sentido mais amplo do que a mera integração econômica, segundo Rêbello (2011),

“(…) a Unasul deverá ser, no futuro, o organismo estável e representativo; e o Mercosul, o projeto com prazo de validade, pois, alcançado sua meta, de caráter preponderantemente econômico, as bases para a Unasul estarão firmadas definitivamente para seguir com seus desígnios, que não muito mais amplos. Pensar o contrário seria ilógico, pois não faria sentido manter duas estruturas gigantescas quando uma engloba a outra. Assim, é plausível pensar que ou o Mercosul desaparecerá ou terá sua estrutura diminuída, de forma a ser só mais um braço da Unasul. O sentimento hoje preponderante na política latino-americana é de se alargar o processo de integração (...)” (RÊBELO, 2011, p. 66).

Assim, pelo menos por agora, é possível enxergar a coexistência das duas instituições sem conflitos, por alguns motivos: a Unasul trata de temas mais amplos e muito além do meramente econômico; e, por hora, o trabalho de integração comercial está sendo feito, pela ótica brasileira, pelo Mercosul e não pela Unasul, a qual pretende incentivar uma intensificação e evolução desse processo. Além disso, as decisões na Unasul e no Mercosul são tomadas por consenso, ou seja, uma decisão tomada em uma instância dificilmente seria diferente da tomada em outra, uma vez que, todos os membros do Mercosul estão na Unasul.

6 A UNASUL: indicadores econômicos e sociais

Segundo dados do Banco Mundial, a Unasul representa aproximadamente 5,69% do produto interno bruto (PIB) mundial e 5,71% da população mundial, em 2012. Já o PIB per capita do grupo, em 2012, é de pouco mais de 10 mil dólares, de acordo com os dados da ALADI. Esse capítulo tem por objetivo pontuar as diferenças e semelhanças nos países da Unasul. Considerando que quanto mais parecidos os países forem, tanto em aspectos econômicos, como sociais, maiores as chances de uma integração monetária ser bem sucedida.

O Quadro 3 apresenta dados relativos ao PIB dos países do bloco. O quadro mostra um período geral de 1980 a 2012, para uma melhor visualização do desenvolvimento dos países que compõem o bloco ao longo dos anos, embora a formação da Unasul tenha ocorrido apenas em 2008. Pode-se observar uma evolução bastante positiva da região, cabe destaque o crescimento do PIB aparentemente significativo da Unasul, que, a exceção de 2009 (por causa da crise de 2008), ficou em torno de 5%. Contudo, entre 2007 e 2012, o PIB da Unasul cresceu 28,9%²⁴ e o mundo cresceu, no mesmo período, 27,6%²⁵. Assim, pode-se notar que o crescimento do PIB relativo aos países da Unasul não destoou do mundial.

O Quadro 4 mostra os dados de comércio da Unasul. Primeiramente, pode-se olhar para a tendência relativamente recente dos termos de troca, a partir de meados dos anos 1990 a tendência de deterioração dos termos de troca começa a mudar, a favor das economias sul-americanas, saindo de um patamar de 101,3²⁶ em 1995 para 162,7 em 2012, uma melhora de pouco mais de 60%. O que indica um incentivo ao comércio com o resto do mundo.

Outro dado importante é o do comércio intra-Unasul, o qual apresentou uma deterioração nos últimos anos²⁷: as exportações dos países do bloco para o bloco em 2000 representava 22,9% do total, já em 2012 esse valor era de 19,2%. As importações intra-bloco, no mesmo período, representavam 25,9% e 21%, respectivamente. Contudo, no período geral (1980 a 2012), apresentou uma variação positiva, tanto na exportação quanto na importação intra-bloco, já que em 1980, a exportação intra-bloco representava 14,7% do total e as importações 13,7%. Esse tipo de indicador é importante porque mostra o quanto os países da

²⁴ World Bank Data (2014).

²⁵ World Bank Data (2014).

²⁶ Dados da ALADI (2014a), considerando 1980 como ano base (1980=100).

²⁷ Dados da ALADI (2014a), considerando 1980 como ano base (1980=100).

Unasul transacionam entre si, quanto maior for a relação do comércio intra-bloco pelo comércio total, maior é a interdependência e maiores são as facilidades para integrar-se.

No âmbito social, a Unasul apresenta taxas de crescimento demográfico com tendência histórica de queda, como mostra o Quadro 5, em 1980, a população do bloco cresceu 2,3%; em 1990, 1,8%; em 2000, 1,5%; e, em 2010, 1,1%; seguindo uma tendência global. A população é majoritariamente urbana, com expectativa de vida crescente, mortalidade e natalidade decrescentes ao longo dos anos.

Os tópicos a seguir mostram de forma desagregada os países da Unasul.

Quadro 3. Relação do PIB da Unasul por ano.

Produto Interno Bruto (PIB) da Unasul													
	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
PIB a preços correntes (bilhão de dólares)	561,8	497,3	806,9	1406,5	1337,9	1638,7	1985,7	2454,4	2968,2	2920,2	3616,2	4174,1	4140,5
PIB per capita (dólares)	2331,7	1852,5	2728,5	4369,3	3843,6	4400,7	5269,3	6439,2	7701,7	7495,7	9183,1	10487,4	10293,2
Crescimento do PIB (%)	5,7	3,7	-1,4	3,8	3,1	5,2	5,7	6,7	5,4	-0,1	6,5	4,8	2,5

Fonte: Elaboração própria. Dados de ALADI (2014a).

Quadro 4. Dados sobre comércio exterior da Unasul.

Comércio Exterior da UNASUL														
	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
Exportação global FOB (milhões de dólares)	64144,0	65003,0	85786,6	128027,9	164382,4	310395,2	377116,1	437216,9	538248,8	404692,4	515992,0	662813,0	653727,9	
Importação global CIF (milhões de dólares) (1)	66104,7	37709,4	53661,3	133094,6	146162,0	211445,5	261138,2	338261,4	454582,1	338690,5	454797,8	571694,7	588912,8	
Exportação intra-UNASUL FOB (milhões de dólares)	9442,3	5886,6	10014,3	32601,1	37611,6	57706,6	72302,3	88511,7	111569,9	93282,4	102739,9	126656,4	125568,7	
Importação intra-UNASUL CIF (milhões de dólares) (1)	9044,9	6182,1	10533,0	30070,7	37895,0	57859,3	72159,7	89389,9	115049,4	84316,3	101917,7	123231,2	123767,1	
Saldo comercial global de bens (milhões de dólares)	-2747,2	26433,2	31317,4	-7000,3	15587,0	95760,6	112165,8	93192,2	75781,7	59016,0	52767,4	80562,0	53003,7	
Coef. exportação intra-UNASUL / global (%)	14,7	9,1	11,7	25,5	22,9	18,6	19,2	20,2	20,7	23,1	19,9	19,1	19,2	
Coef. importação intra-UNASUL / global (%)	13,7	16,4	19,6	22,6	25,9	27,4	27,6	26,4	25,3	24,9	22,4	21,6	21,0	
Termos do troca (1980=100)	100,0	90,2	86,7	101,3	105,3	122,3	140,9	145,8	149,9	133,8	154,1	167,8	162,7	

Fonte: Elaboração própria. Dados de ALADI (2014a).

Quadro 5. Relação dos indicadores Sociais/Demográficos da Unasul.

Indicadores Sociais/Demográficos da Unasul													
	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
População total (em milhões hab.)	240,9	268,5	295,7	321,9	348,1	372,4	376,8	381,2	385,4	389,6	393,8	398,0	402,3
% da população mundial	5,4	5,5	5,6	5,6	5,7	5,7	5,7	5,7	5,7	5,7	5,7	5,7	5,7
Crescimento demográfico (%)	2,3	2,1	1,8	1,7	1,5	1,3	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	-
População urbana (%)	61,7	64,4	67,0	69,2	71,2	73,0	73,3	73,7	74,0	74,3	74,6	74,9	75,2
Expectativa de vida (anos)	65,5	67,1	68,6	69,9	71,2	72,3	72,3	72,3	72,3	72,3	73,3	73,3	73,3
Natalidade (taxa média anual/1000 hab.)	30,8	28,6	26,6	24,6	22,7	21,0	20,7	20,4	20,2	19,9	19,6	19,4	-
Mortalidade infantil (t.m.a./1000 nascidos vivos)	56,3	46,9	39,4	32,7	26,4	21,7	20,8	20,0	19,2	18,5	17,8	17,1	16,6
Analfabetismo (%) ⁽¹⁾	15,9	-	11,3	9,4	7,9	6,5	-	-	-	-	5,4	-	-
Taxa média anual de desemprego urbano	-	-	7,6	8,2	10,9	10,1	9,4	8,4	8,0	8,9	8,2	7,3	-
Índice de Desenvolvimento Humano	0,6	-	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7

⁽¹⁾: Porcentagem da população com idade igual ou superior a 15 anos.

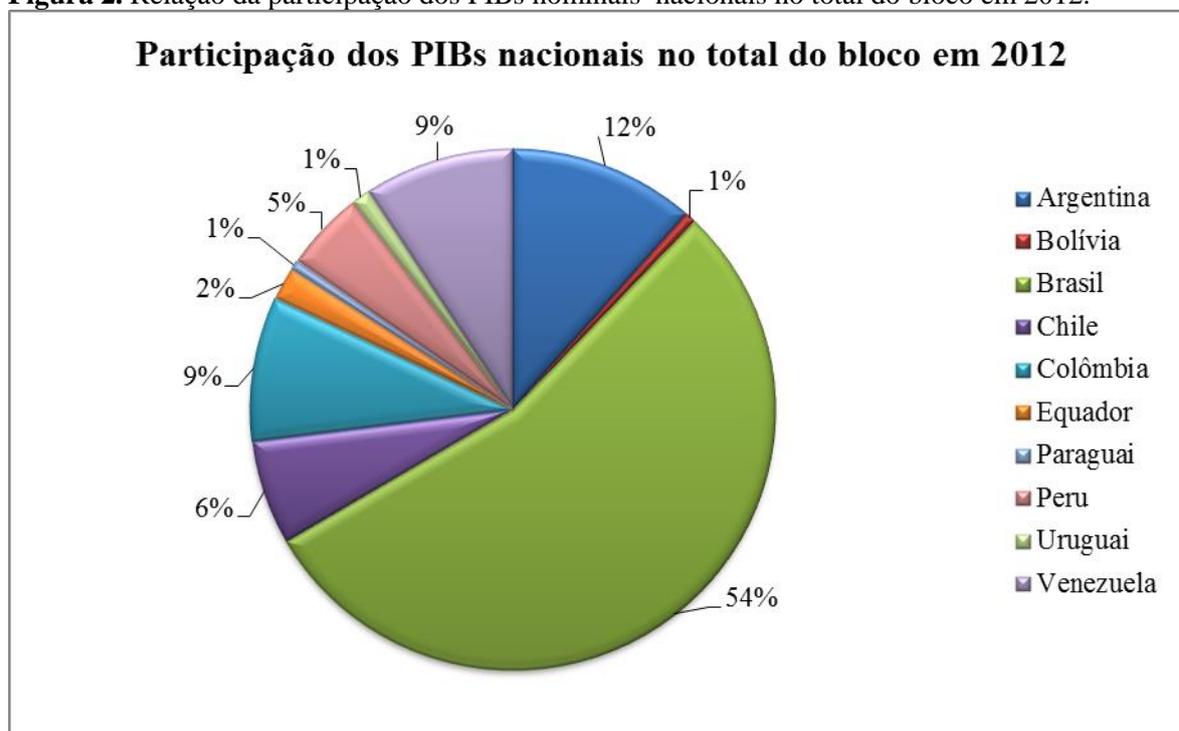
Fonte: Elaboração própria. Dados de ALADI (2014a).

6.1 Indicadores econômicos

Os indicadores econômicos são importantes para caracterizar as economias para que se possa compará-las. A comparação é importante para analisar, ao longo do tempo, a convergência (ou não) dos indicadores, e se houver, segundo a TAMO, mais fácil será a integração monetária.

Como mostra a Figura 2, o Brasil possui mais da metade do PIB da Unasul (54%), o que o coloca necessariamente em posição de liderança no grupo. O tamanho da economia brasileira pode ser um indicador de maior capacidade de competitividade dentro do bloco. Seguido da Argentina, com 12% do PIB do bloco. Posteriormente, têm-se: Colômbia e Venezuela com 9% cada; Chile, 6%; Peru, 5%; Equador, 2%; Paraguai e Uruguai 1% cada.

Figura 2. Relação da participação dos PIBs nominais nacionais no total do bloco em 2012.



Fonte: Elaboração própria. Dados de CEPALSTAT (2014).

Outro dado importante a ser observado é a taxa de crescimento do PIB, que pode mostrar se há alguma convergência no PIB. O Quadro 6 mostra as taxas de crescimento dos países da Unasul.

Quadro 6. Relação da taxa de crescimento do PIB por país.

Taxa de crescimento do PIB (%)													
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	-0,80	-4,40	-10,90	8,80	9,00	9,20	8,50	8,70	6,80	0,90	9,20	8,90	1,90
Bolívia	2,50	1,70	2,50	2,70	4,20	4,40	4,80	4,60	6,10	3,40	4,10	5,20	5,20
Brasil	3,90	1,40	3,10	1,20	5,60	3,00	3,70	5,80	4,80	-0,30	6,90	2,70	0,90
Chile	4,50	3,40	2,20	3,90	6,00	5,60	4,60	4,60	3,70	-1,00	5,80	5,90	5,60
Colômbia	2,90	1,70	2,50	3,90	5,30	4,70	6,70	6,90	3,50	1,70	4,00	6,60	4,00
Equador	1,10	4,00	4,10	2,70	8,20	5,30	4,40	2,20	6,40	0,60	2,80	7,40	5,00
Paraguai	-2,30	-0,80	0,00	4,30	4,10	2,10	4,80	5,40	6,40	-4,00	13,10	4,30	-1,20
Peru	3,00	0,20	5,00	4,00	5,00	6,80	7,70	8,90	9,80	0,90	8,80	6,90	6,30
Uruguai	-1,40	-3,40	-11,00	2,20	11,80	6,60	4,10	6,50	7,20	2,20	8,90	6,50	3,90
Venezuela	3,70	3,40	-8,90	-7,80	18,30	10,30	9,90	8,80	5,30	-3,20	-1,50	4,20	5,50

Fonte: Elaboração própria. Dados de CEPALSTAT (2014).

De acordo com o Quadro 6, não se pode afirmar que qualquer convergência absoluta há entre as economias, uma vez que, no período de 2000 a 2012, o país que menos cresceu foi o Paraguai (41,28%²⁸) que é um dos mais pobres do bloco. Já os que mais cresceram foram Peru, Chile e Colômbia (103%, 70,69% e 70,09%, respectivamente), que são, à exceção do Brasil, relativamente grandes no grupo. Quanto aos outros países: Argentina cresceu 68,5%; Bolívia, 65,4%; Brasil, 51,8%; Equador, 69,6%; Uruguai, 51,1%; e Venezuela, 55,1%, no período de 2000 a 2012.

Quanto à inflação, historicamente os países da América do Sul possuem níveis bastante altos. A média de inflação, no período de 1971 a 2010 de países como Argentina, Bolívia, Brasil e Peru era acima dos 250%; Chile, Uruguai e Venezuela, em torno dos 30%; Colômbia e Paraguai, abaixo dos 20%. Isso mostra que esses países conviveram longo e/ou intenso período inflacionário, destaque para os níveis do primeiro grupo de países.

Contudo, se a análise for centrada nos últimos anos (Quadro 7 e Figura 3), é possível verificar que grande parte dos países possui inflação controlada.

Quadro 7. Inflação de preços ao consumidor por país.

Inflação de preços ao consumidor por país							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	10,90%	8,84%	8,62%	6,25%	10,41%	9,82%	10,01%
Bolívia	4,30%	8,72%	13,93%	3,41%	2,47%	9,86%	4,52%
Brasil	4,20%	3,65%	5,65%	4,91%	5,01%	6,68%	5,37%
Chile	3,40%	4,35%	8,80%	1,45%	1,51%	3,31%	3,04%
Colômbia	4,30%	5,56%	6,99%	4,16%	2,28%	3,43%	3,16%
Equador	3,30%	2,32%	8,33%	5,15%	3,57%	4,49%	5,07%
Paraguai	9,60%	8,12%	10,13%	2,61%	4,71%	8,20%	3,69%
Peru	2,00%	1,76%	5,78%	2,91%	1,59%	3,31%	3,71%
Uruguai	6,40%	8,08%	7,91%	7,09%	6,70%	8,04%	8,09%
Venezuela	13,70%	18,65%	31,43%	28,60%	29,08%	27,15%	21,11%

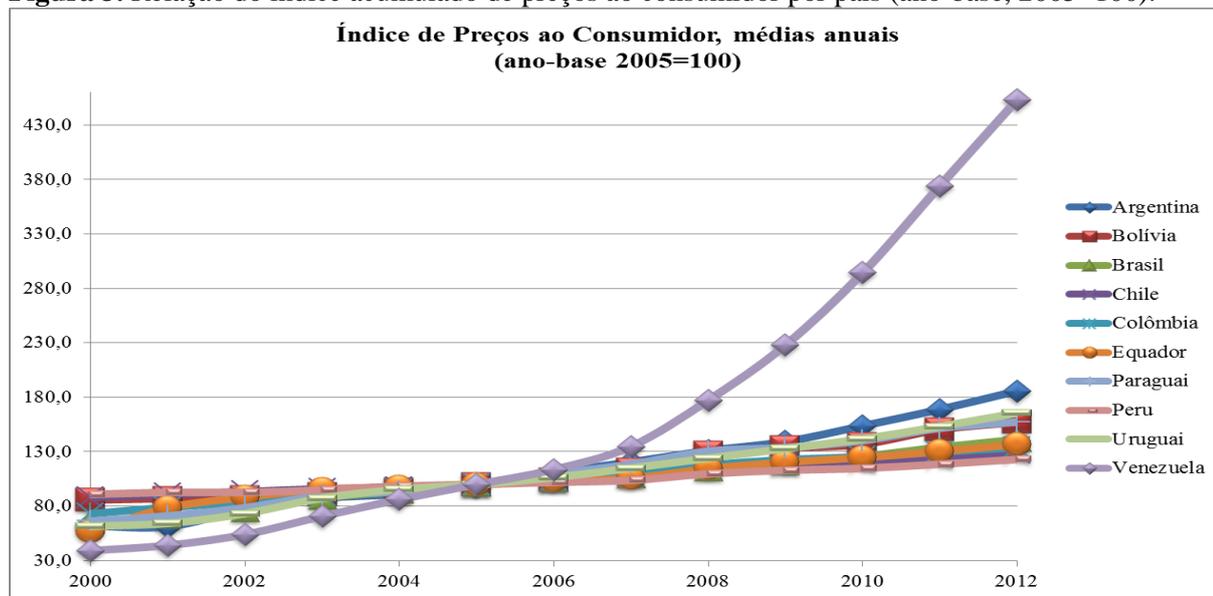
Fonte: Elaboração própria. Dados de CEPALSTAT (2014).

A Unasul pode ser dividida em quatro grupos quando se trata de patamar inflacionário no período recente. O primeiro corresponde a países com inflação acima de 20%, neste está a Venezuela. O segundo, com inflações que rondam a casa dos 10%, está a Argentina (inflação por números oficiais). O terceiro, já com países de inflações razoáveis (entre 5% e 10%), estão Bolívia, Paraguai e Uruguai. E o quarto, com inflações que não ultrapassam a casa dos 5%, estão Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Peru.

²⁸ Crescimento acumulado de 2000 a 2012.

A Figura 3 mostra graficamente o acumulado do índice de preços ao consumidor, nela pode-se observar com clareza a condição preocupante em que se encontra a Venezuela. Mas, de forma geral, a inflação controlada pela maioria dos países integrantes da Unasul é um fator positivo para uma possível integração monetária.

Figura 3. Relação do índice acumulado de preços ao consumidor por país (ano-base, 2005=100).



Fonte: Elaboração própria. Dados de CEPALSTAT (2014).

Quadro 8. Relação do saldo da dívida pública total (do governo central) pelo PIB por país (em porcentagem).

Saldo da dívida pública total (do governo central) em porcentagem do PIB													
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	45	53,7	145,9	138,2	126,5	72,8	63,6	55,7	48,5	48,5	45,1	41,6	44,7
Bolívia	60,8	72,7	77,4	86,7	81,1	75,4	49,6	37,1	34	36,3	34,5	34,4	31,3
Brasil	63,2	68	76,7	72,3	68,6	67,7	56,4	58,0	57,4	60,9	53,4	54,2	59,3
Chile	12,9	14,2	14,9	12,4	10,2	6,9	5	3,9	4,9	5,8	8,6	11,1	11,1
Colômbia	31	36,9	41,7	42,6	38,9	39,1	37,5	32,9	33,3	35	34,9	33,4	32,1
Equador	63,7	49,4	43,9	40,4	36,4	32,2	26,3	24,7	20,1	15,2	19,6	18,6	22
Paraguai	28,8	33,5	47,7	39,2	35,1	29,4	22,6	16,5	14,5	14,4	13,9	11,7	10,9
Peru	36,4	34,5	43,2	43,4	40,1	36,9	30,1	26,2	24,1	23,4	21,3	19	17,7
Uruguai	30,6	40,1	94,4	90,2	71,4	64,2	58,5	50	49	45,1	39,9	40,2	39,1
Venezuela	28,2	31,7	44,3	47,4	38,8	33,1	24	19,1	14	18,2	20,2	25,1	27,5

Fonte: Elaboração própria. Dados CEPALSTAT (2014).

O Quadro 8 mostra o saldo da dívida pública do governo central pelo PIB de cada país. Pode-se observar uma tendência geral de queda nesse indicador, a exceção do Chile que já possuía um indicador baixo e o manteve no mesmo patamar. Hoje, todos os países da Unasul, a exceção do Brasil, possuem dívidas públicas baixas (abaixo de 50% do PIB e boa parte abaixo dos 35%). O que implica que possíveis regras visando à boa conduta com relação ao controle do nível de dívida, visando uma estabilidade monetária, não seria um grande problema.

A relação da dívida externa total (pública e privada) pelo PIB (Quadro 9) é um indicador importante, pois indica a sensibilidade dos países a choques externos adversos. Repetindo a tendência da dívida total, a dívida externa dos países da Unasul possui tendência de queda. O Quadro 9 mostra os dados para os anos de 2000 a 2008, ou seja, não se pode ver os impactos da crise de 2008. Contudo, a exceção da Argentina, do Chile e do Uruguai, é muito significativa a redução das dívidas externas no período. Ainda, mesmo que significativas as reduções, os patamares ainda são bastante elevados, o que significa que uma variação cambial adversa pode deixar em situação de vulnerabilidade os países (e as empresas dos mesmos), a depender das reservas destes. Por isso a importância de instituições para financiar possíveis déficits externos, como o Fundo do Sul, exposto no próximo capítulo.

Quadro 9. Relação da dívida externa total pelo PIB em porcentagem por país.

Dívida externa total em porcentagem do PIB									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Argentina	54,5	61,8	153,6	127	111,8	62,1	50,8	47,5	38
Bolívia	80,3	84,3	88,2	95,7	86,2	80,3	54,8	41,2	35,6
Brasil	33,6	37,9	41,6	38,9	30,3	19,2	15,8	14,1	12
Chile	46,8	53,2	57	55,3	43,2	37,1	32,1	32,2	35,8
Colômbia	36,2	39,9	38,2	40,2	33,7	26,3	24,7	21,5	19
Equador	72,1	58,8	56,9	51,7	47	41,5	36,5	34,2	27,4
Paraguai	35	34,6	45,8	44,8	36,1	30,9	25,7	20,8	17,6
Peru	52,5	50,4	49,1	48,2	44,8	36,1	31,3	30,6	27
Uruguai	42,4	46,1	82,2	94,2	83,9	65,8	53,9	52,2	39,6
Venezuela	31,1	28,8	38,2	48,4	38,8	31,9	24,4	23,4	17

Fonte: Elaboração própria. Dados CEPALSTAT (2014).

O Quadro 10 mostra as reservas totais²⁹ dos países da Unasul. Esse dado é relevante principalmente quando se discute a necessidade, como dito acima, de um fundo supranacional para atender os países da Unasul. O Brasil possui em reservas 1,5 vezes a soma das reservas de todos os outros membros do bloco. Destarte, a presença do país é muito importante em qualquer instituição que venha a ser criada para financiar possíveis problemas no balanço de pagamentos dos países.

Quadro 10. Reservas totais dos países, incluindo ouro (em bilhões de dólares) por país da Unasul (2005-2012).

Reservas totais dos países, incluindo ouro (em bilhões de dólares) por país da Unasul (2005-2012)								
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	28,1	32,0	46,1	46,4	48,0	52,2	46,3	43,2
Bolivia	1,8	3,2	5,3	7,7	8,6	9,7	12,0	13,9
Brasil	53,8	85,8	180,3	193,8	238,5	288,6	352,0	373,2
Chile	16,9	19,4	16,8	23,1	25,3	27,8	41,9	41,6
Colômbia	15,0	15,4	21,0	23,7	25,0	28,1	31,9	37,0
Equador	2,1	2,0	3,5	4,5	3,8	2,6	3,0	2,5
Peru	14,2	17,4	27,8	31,2	33,2	44,2	48,9	64,2
Paraguai	1,3	1,7	2,5	2,9	3,9	4,2	5,0	5,0
Uruguai	3,1	3,1	4,1	6,4	8,0	7,7	10,3	13,6
Venezuela	29,8	36,7	33,8	43,1	34,3	29,7	27,9	29,5

Fonte: Elaboração própria. Dados Word Bank Data (2014).

Os Quadros 11 e 12 mostram, respectivamente, a taxa de política monetária (taxa de juros nominais) de cada país e a taxa real de juros (taxa de política monetária descontada a inflação). Para realizar uma análise sobre o nível das taxas é necessário conhecer os atores sociais e a institucionalidade de cada país. Todavia, podem ser feitas algumas inferências: a forma de financiamento das dívidas dos países da Unasul é bem diferente (por exemplo: na fonte do financiamento, se interna ou externa; da associação da política com os grupos que a financiam; ou ainda, se o financiamento é feito a juros pré-fixados, independente da taxa de juros de política monetária), dado à brutal diferença nas taxas de juros reais. Isso impacta em como deve ser pensado o processo de integração monetária: em uma emissão de dívida ao mercado centralizada, securitizada? Caso isso ocorra, visando um financiamento mais baratado a todos os países, mas e o problema político com as elites internas? Caso isso

²⁹ As reservas totais incluem participações de ouro monetário, direitos de saque especiais, as reservas dos membros do FMI, realizada pelo FMI, e haveres em divisas sob o controle das autoridades monetárias. O componente de ouro dessas reservas é avaliado no final do ano (31 de dezembro) os preços de Londres. Os dados são em dólares correntes dos Estados Unidos.

não ocorra, é admissível, como no caso da União Europeia, um país se financiar a juros baixos no mercado, enquanto outro é chantageado pelo mercado? Como deve ser formulado o modelo de integração monetária?

Quadro 11. Relação da taxa juros de política monetária por país.

Taxa de política monetária						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	9,05	11,35	13,98	12,25	11,79	12,75
Bolívia	6	9,04	7	3	4,04	4
Brasil	12,02	12,44	10,13	9,9	11,75	8,56
Chile	5,33	7,17	1,75	1,54	4,75	5
Colômbia	8,83	9,81	5,79	3,17	3,96	4,98
Equador	-	-	-	-	-	-
Paraguai	6,02	5,86	2,11	2,21	7,95	6,05
Peru	4,71	5,9	3,25	2,06	4,04	4,25
Uruguai	-	7,38	8,46	6,33	7,5	8,81
Venezuela	9,79	12,3	8,14	6,34	6,35	6,37

Fonte: Elaboração própria. Dados CEPALSTAT (2014).

Quadro 12. Relação da taxa real de juros por país.

Taxa real de juros por país						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	0,21%	2,73%	7,73%	1,84%	1,97%	2,74%
Bolívia	-2,72%	-4,89%	3,59%	0,53%	-5,82%	-0,52%
Brasil	8,37%	6,79%	5,22%	4,89%	5,07%	3,19%
Chile	0,98%	-1,63%	0,30%	0,03%	1,44%	1,96%
Colômbia	3,27%	2,82%	1,63%	0,89%	0,53%	1,82%
Equador	-	-	-	-	-	-
Paraguai	-2,10%	-4,27%	-0,50%	-2,50%	-0,25%	2,36%
Peru	2,95%	0,12%	0,34%	0,47%	0,73%	0,54%
Uruguai	-	-0,53%	1,37%	-0,37%	-0,54%	0,72%
Venezuela	-8,86%	-19,13%	-20,46%	-22,74%	-20,80%	-14,74%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de taxa de política monetária e o índice de preços ao consumidor de CEPALSTAT (2014).

Pelo lado do setor produtivo, ao se observarem os principais bens de exportação e importação, em 2010, dos países da Unasul³⁰. Atentando-se aos produtos é possível observar que: 1) com exceção de Argentina e, principalmente, Brasil, os países da Unasul exportam produtos de baixo valor agregado; 2) a maioria dos produtos importados pelos países do bloco possui relativo valor agregado, a exceção de gasolina e diesel; 3) há muita intersecção de produtos de exportação e importação nos países analisados; e 4) não há

³⁰ Ver Cancino (2012). Dados de ALADI (2014c).

cruzamento entre produtos importados por um país e exportados por outro, ou seja, por exemplo, a Colômbia não exporta o que o Brasil importa e vice-versa.

O que os principais bens de exportação e importação mostram é essencial para se compreender os limites de uma integração. Pois as economias sul-americanas são muito mais concorrentes do que complementares, logo, segundo a TAMO, a integração é mais difícil.

No Quadro 13 há o grau de abertura comercial dos países da Unasul.

Quadro 13. Relação do grau de abertura econômica entre os países sul-americanos (1995 a 2010).

Grau de abertura econômica entre os países sul-americanos (1995 a 2010)																						
PAÍS	Argentina		Bolívia		Brasil		Colômbia		Chile		Equador		Paraguai		Peru		Uruguai		Venezuela		América do Sul	
	1995	2010	1995	2010	1995	2010	1995	2010	1995	2010	1995	2010	1995	2010	1995	2010	1995	2010	1995	2010	1995	2010
Argentina	-	-	0,2	0,2	3,9	7,4	0,1	0,3	0,8	1,2	0,1	0,2	0,3	0,4	0,1	0,3	0,4	0,5	0,2	0,3	5,9	10,8
Bolívia	3,8	10,4	-	-	2,8	27,8	1,2	2,9	1,9	3,3	0,2	0,5	0,1	0,4	3,1	6,5	0,1	0,3	0,2	5,2	13,4	57,1
Brasil	1,7	3,7	0,1	0,4	-	-	0,1	0,4	0,4	0,9	0,0	0,1	0,3	0,3	0,1	0,3	0,3	0,3	0,2	0,5	3,2	7,0
Colômbia	0,3	1,1	0,1	0,2	0,6	2,3	-	-	0,4	1,2	0,7	1,8	0,0	0,0	0,7	1,3	0,0	0,0	2,5	1,2	5,2	9,0
Chile	3,2	5,2	0,4	0,4	3,7	8,1	0,6	2,1	-	-	0,5	1,2	0,2	0,7	0,9	2,3	0,2	0,2	0,6	0,6	10,2	20,7
Equador	1,1	2,7	0,0	0,6	1,6	3,7	4,3	10,9	2,0	5,5	-	-	0,0	0,1	0,7	8,8	0,1	0,3	2,0	6,0	11,8	38,5
Paraguai	8,4	20,2	0,1	0,5	15,3	29,4	0,2	0,1	1,6	6,4	0,0	0,2	-	-	0,1	1,3	1,0	11,0	0,3	3,2	27,0	72,2
Peru	0,8	1,4	0,4	0,7	1,3	3,4	1,5	2,3	0,9	2,6	0,2	2,4	0,0	0,3	-	-	0,1	0,1	1,2	0,7	6,5	13,8
Uruguai	4,4	6,6	0,0	0,1	7,1	9,6	0,1	0,1	0,5	0,8	0,1	0,2	0,2	0,7	0,2	0,3	-	-	0,2	2,9	12,7	21,1
Venezuela	0,3	0,6	0,0	0,3	1,9	2,1	1,1	1,1	0,2	0,4	0,2	0,6	0,1	0,1	0,3	0,3	0,0	0,2	-	-	5,0	5,4

Cálculo: $((\text{exportações} + \text{importações}) / \text{PIB}) * 100$. Para o cálculo da América do Sul foi retirado Guiana e Suriname.

Fonte: Elaboração própria com base em Cancino (2012), tradução livre. Dados de ALADI (2014c) e World Bank Data (2014).

Pode-se observar que entre 1995 e 2010 houve grande avanço das trocas entre os países sul-americanos. Em geral, a América do Sul dobrou de importância para os países analisados nesses 15 anos. Assim, grande parte dos países tem os membros da Unasul como relevantes parceiros comerciais. O Paraguai é totalmente dependente da América do Sul em suas trocas comerciais: em 2010 mais de 70% de suas trocas são com o bloco, sendo que cerca de 30% do total é feita com o Brasil e 20% com a Argentina. A Bolívia também possui bastante dependência do continente sul-americano, 57,1% de suas trocas é para o continente, sendo que quase 30% do total para o Brasil, em 2010.

Ainda, para Venezuela, Brasil, Colômbia, Argentina e Peru, os grandes do bloco, a importância dos vizinhos nas trocas é relativamente baixa, menor que 20%. No caso venezuelano, não chega a 6%, no brasileiro, 7%, em 2010. Portanto, cabe inferir que as grandes economias da Unasul estão voltadas para os mercados centrais, já as menores, são bastante dependentes das grandes (principalmente Brasil e Argentina) do bloco.

Além disso, observando o caso especificamente brasileiro, a menor influência dos demais membros do bloco sobre a economia brasileira já contribui para a construção de um cenário, em que os interesses e necessidades políticos e econômicos não seriam devidamente supridos pela Unasul. Ou seja, o Brasil, a priori, possui uma menor dependência da Unasul do que esta do Brasil. Ao menos a curto e médio prazo, sobretudo por conta do atual foco das exportações brasileiras³¹, essa situação não deve mudar.

Como será abordada no próximo capítulo, essa pouca relação com os mercados sul-americanos, abre espaço para que internamente no Brasil possa se debater uma possível mudança nas prioridades das relações exteriores para os países centrais. O que de fato seria um grande problema para o desenvolvimento da Unasul e suas instituições.

O Quadro 14 mostra a participação do valor adicionado da indústria no PIB dos países analisados. Há poucas variações ao longo de 2005 a 2012, sendo que a indústria tem participação menor que 30% apenas no Brasil, Paraguai e Uruguai.

Não obstante, esse indicador contém setores como: mineração, construção, eletricidade, água e gás³²; além da própria manufatura. Portanto, o indicador agregado contém também setores que geram baixo valor adicionado e que possuem baixos níveis tecnológicos.

³¹ Basicamente, produtos primários para o mercado asiático.

³² Indústria corresponde às divisões ISIC 10-45 e inclui manufatura (divisões ISIC 15-37). É composto pelo valor adicionado em mineração, manufatura (também relatado como um subgrupo separado), construção, eletricidade, água e gás. Valor adicionado é a saída líquida de um setor após somando todas as saídas e subtraindo insumos intermediários. É calculado sem deduções para depreciação de ativos ou exaustão e degradação dos recursos naturais fabricados (WORLD BANK DATA, 2014).

Quadro 14. Valor adicionado da indústria (% do PIB) por país da Unasul (2005-2012).

Valor adicionado da indústria (% do PIB) por país da Unasul (2005-2012)								
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	35,8	35,9	34,0	32,5	32,1	31,2	31,1	30,5
Bolívia	32,0	35,1	36,4	38,4	36,2	37,3	38,9	38,7
Brasil	29,3	28,8	27,8	27,9	26,8	28,1	27,5	26,3
Colômbia	32,8	33,8	33,7	35,5	34,5	35,0	37,9	37,5
Chile	36,9	44,2	43,0	38,0	37,6	39,1	38,0	35,5
Equador	33,4	35,6	36,2	39,3	34,3	34,9	36,8	36,9
Peru	34,3	37,0	37,0	36,6	34,2	36,1	36,6	34,6
Paraguai	34,8	33,3	31,7	29,7	32,0	30,1	27,5	28,1
Uruguai	27,1	26,4	27,2	25,8	25,6	26,1	23,9	24,7
Venezuela,	57,8	56,5	53,3	54,1	44,2	52,2	-	-

Fonte: Elaboração própria. Dados Word Bank Data (2014).

Os Quadros 15 e 16 mostram indicadores de tecnologia, a título de comparação os dois possuem também o dado estadunidense. O Quadro 15 apresenta o gasto (público e privado) em pesquisa e desenvolvimento (P&D)³³ pelo PIB de cada país. Para os países em que se têm dados, vê-se que: a Argentina, em 2010, gastou 0,6% do seu PIB em P&D; a Bolívia, em 2009, 0,2%; o Brasil, em 2010, 1,2%; o Chile, 0,4%; a Colômbia, 0,2%; e o Uruguai, 0,4%. Os Estados Unidos gastaram, em 2010, 2,8% do seu PIB em P&D, o que é um valor bem maior que o dos países sul-americanos.

O Brasil é o único país que destoa da média sul-americana de gasto em pesquisa e desenvolvimento, mas ainda está longe dos valores de um país central como os Estados Unidos.

O gasto com P&D é importante por tornar as empresas mais competitivas, produzir a um menor custo e ofertar produtos de maior valor agregado e de melhor qualidade, assim, em uma possível integração de mercados, para que o próprio mercado sul-americano possa suprir parte de sua demanda de bens com alto valor agregado, algo que não é feito hoje, como mostram os principais bens de exportação e importação, onde é possível se observar que os países da América do Sul exportam, majoritariamente, produtos com baixo valor adicionado e importam produtos com alto valor adicionado.

³³ Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são despesas correntes e de capital (públicas e privadas) sobre o trabalho criativo realizado de forma sistemática para aumentar o conhecimento, incluindo o conhecimento da humanidade, da cultura e da sociedade, bem como o uso do conhecimento para novas aplicações. P&D abrange a pesquisa básica, pesquisa aplicada e desenvolvimento experimental (WORLD BANK DATA, 2014).

Quadro 15. Relação da porcentagem do PIB gasto com pesquisa e desenvolvimento (público e privado) por país da Unasul e os Estados Unidos (2005-2010).

Relação da porcentagem do PIB gasto com pesquisa e desenvolvimento (público e privado) por país da Unasul (2005-2010)						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Argentina	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6
Bolivia	-	-	-	-	0,2	-
Brasil	1,0	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2
Chile	-	-	0,3	0,4	0,4	0,4
Colômbia	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
Equador	-	0,1	0,1	0,3	-	-
Peru	-	-	-	-	-	-
Paraguai	0,1	-	-	0,1	-	-
Uruguai	-	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Estados Unidos	2,6	2,7	2,7	2,9	2,9	2,8
Venezuela	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria. Dados Word Bank Data (2014).

O Quadro 16 mostra o total de pesquisadores em P&D por milhão de pessoas por país da Unasul e os Estados Unidos. Pode-se observar que, diferentemente do dado anterior (Quadro 15), dentro da América do Sul, a Argentina que desponta como o país com maior número de pesquisadores por milhão de pessoas, 1.178,5, valor muito acima do brasileiro, que é 710,3. Mais uma vez, os valores sul-americanos estão muito aquém dos estadunidenses.

Quadro 16. Porcentagem total de Pesquisadores em pesquisa e desenvolvimento (P&D) por milhão de pessoas por país da Unasul e os Estados Unidos (2005-2010).

Porcentagem total de Pesquisadores em pesquisa e desenvolvimento (P&D) por milhão de pessoas por país da Unasul (2005-2010)						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Argentina	824,6	898,7	983,5	1046,5	1092,3	1178,5
Bolivia	-	-	-	-	142,3	162,1
Brasil	587,8	597,0	612,0	628,5	667,2	710,3
Chile	-	-	333,0	354,0	286,0	317,2
Colômbia	165,9	176,3	184,5	181,2	163,7	154,2
Equador	-	70,2	64,8	102,8	-	-
Peru	-	-	-	-	-	-
Paraguai	71,0	-	-	74,7	-	-
Uruguai	-	-	-	292,6	508,6	573,8
Estados Unidos	4612,5	4699,7	4650,1	-	-	-
Venezuela	121,5	146,3	162,8	187,1	182,2	-

Fonte: Elaboração própria. Dados Word Bank Data (2014).

Pode-se observar nesse tópico que Argentina e Brasil destoam do resto do bloco. O Brasil possui mais da metade do PIB da Unasul; possui também grande independência comercial com relação ao grupo; possui, sozinho, capacidade de se defender de choques adversos sobre o balanço de pagamentos; além de ser um dos mais desenvolvidos. Ou seja, o Brasil, em termos econômicos, certamente pouco precisa do bloco, cabendo inferir que a principal motivação do país pelo bloco é política. A Argentina possui também relativa independência comercial com relação ao grupo; contudo, diferentemente do Brasil, o nível de dívida externa é considerável, o nível de reservas não é tão alto. Sendo que nos últimos anos, teve bom crescimento, mas hoje vive em um ambiente de instabilidade. Assim, um estreitamento com os países sul-americanos poderia ser benéfico economicamente.

Com relação a Paraguai e Bolívia, os dois mais pobres do grupo, a dependência da região é muito grande (principalmente do Brasil). O estreitamento de laços e a criação de instituições regionais para o desenvolvimento interno desses países seriam muito bem vindas.

Já a Venezuela, destoa do grupo por ser demasiada dependente dos países centrais. Assim, a aproximação dos países sul-americanos é importante, ao menos, para uma possível diversificação de sua pauta exportadora.

6.2 Indicadores sociais

“As fronteiras do Mercosul têm sido marcadas pelo trânsito expressivo de pessoas vindas do Paraguai, Argentina e Uruguai em busca de serviços de saúde pública no Brasil” (DAL PRÁ et al., 2007).

É importante compreender que uma integração monetária tende a influenciar positivamente os fluxos migratórios dentro da Unasul, pelo aumento da facilidade das transações, e, portanto, possibilitando concentrações de populações estrangeiras em regiões consideradas mais desenvolvidas (DAL PRÁ et al., 2007). Tal fenômeno pode acarretar na desestabilização do mercado de trabalho dos países envolvidos, desenvolvendo maior desemprego, trabalho informal e, por conseguinte, gerar maiores problemas de infraestrutura social para tal região. Essa situação pode ser contornada por políticas públicas eficientes em prol destes trabalhadores. No entanto, é necessário analisar a capacidade dos governos envolvidos de promover tais políticas (BALOG; SOUZA; PITELLI, 2013).

O acesso à energia elétrica pode ser um indicador do nível de desenvolvimento do país, pois, ele está associado ao acesso de diversos outros itens básicos, como: geladeira, rádio, televisão etc. Dentre os países da Unasul, a Bolívia se mostra como única em que o acesso à energia elétrica é limitado (Quadro 17).

Quadro 17. Relação da porcentagem da população que possui acesso a energia elétrica por país da UNASUL (2010-2011).

Porcentagem da população que possui acesso a energia elétrica		
	2010	2011
Argentina	97,2	97,2
Bolívia	80,2	86,8
Brasil	98,7	99,3
Chile	99,4	-
Colômbia	97,4	97,4
Equador	92,2	95,5
Peru	85,5	89,7
Paraguai	97,4	98,2
Uruguai	98,8	98,6
Venezuela	99,5	99,6

Fonte: Elaboração própria. Dados Word Bank Data (2014).

Outro indicador que possui uma *proxy* bastante interessante é o do saneamento básico (Quadro 18). Na Bolívia, apenas 46,4% da população possui acesso a instalações sanitárias “melhoradas”³⁴, esse dado é importante porque isso afeta diretamente a saúde das pessoas, e conseqüentemente o gasto necessário com saúde. O Peru e Paraguai também possuem valores baixos, apenas 73,1% e 79,7%, respectivamente. Porém, quem impressiona é o Brasil, que dado todas suas condições econômicas, apenas 81,3% da população possui acesso a instalações sanitárias “melhoradas”. Com relação a evolução, todos os países da Unasul tem melhorado, mesmo que lentamente.

³⁴ Instalações sanitárias “melhoradas” são definidas como aquelas que separam higienicamente dejetos humanos do contato humano (UNICEF, 2013).

Quadro 18. Porcentagem da população com acesso a instalações sanitárias “melhoradas” por país da Unasul.

Porcentagem da população com acesso a instalações sanitárias melhoradas por país da Unasul						
	1990	1995	2000	2005	2010	2012
Argentina	86,5	89,2	91,7	94,1	96,4	97,2
Bolivia	28,3	32,8	37,0	41,2	45,4	46,4
Brasil	66,8	70,8	74,6	77,5	80,3	81,3
Chile	84,8	88,2	91,6	94,8	97,8	98,9
Colômbia	68,9	72,0	74,6	77,1	79,3	80,2
Equador	57,1	63,5	69,6	75,5	81,0	83,1
Peru	54,0	58,7	63,2	67,4	71,5	73,1
Paraguai	37,2	47,9	58,5	69,0	79,3	79,7
Uruguai	92,2	92,6	93,8	94,9	96,0	96,4
Venezuela	82,0	85,5	88,7	90,6	-	-

Fonte: Elaboração própria. Dados Word Bank Data (2014).

O desemprego também é um estímulo importante para imigrar. Os países da Unasul apresentam um baixo desemprego (a exceção da Colômbia), como mostra o Quadro 19. Além disso, desde de 2005 o desemprego vem baixando, o que não estimula a imigração.

Quadro 19. Porcentagem do desemprego com relação a força de trabalho total por país da Unasul (2010-2011).

Porcentagem do desemprego com relação a população economicamente ativa por país da Unasul (2001-2012)								
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	10,6	10,1	8,5	7,8	8,6	7,7	7,2	7,2
Bolivia	5,4	5,3	5,2	2,9	3,4	3,3	3,2	3,2
Brasil	9,3	8,4	8,1	7,1	8,3	7,9	6,7	6,9
Chile	8,0	7,7	7,1	7,8	9,7	8,1	7,1	6,4
Colômbia	11,3	10,5	12,0	13,2	12,0	11,6	10,8	10,4
Equador	6,6	6,3	5,0	6,0	6,5	5,0	4,2	4,5
Peru	5,2	4,6	4,5	4,5	4,4	4,0	3,9	4,0
Paraguai	5,8	6,7	5,6	5,6	6,5	5,7	5,6	6,3
Uruguai	8,9	10,6	9,2	7,6	7,3	6,8	6,0	6,0
Venezuela	11,4	9,3	7,5	6,9	7,8	8,6	8,3	7,8

Fonte: Elaboração própria. Dados Word Bank Data (2014).

O emprego vulnerável³⁵ também pode ser um estímulo à imigração. Nesse indicador, diferentemente do desemprego, a Unasul não vai bem. O grupo de países, formado por Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, possui tendência de queda nesse indicador, além de estar em um patamar relativamente baixo (próximo dos 20%). O segundo grupo, formado por

³⁵ Considera-se como sendo emprego vulnerável trabalhadores familiares não remunerados e trabalhadores autônomos (WORLD BANK DATA, 2014).

Bolívia, Peru e Paraguai, possui tendência de queda, contudo, tem patamar elevado (em 2009, por exemplo, do total de empregos na Bolívia, 54,9% eram vulneráveis; no Peru, no mesmo ano, 48%; no Paraguai, 46,2%). O terceiro grupo de países, formado por Colômbia, Equador e Venezuela, está em pior situação, porque, além de em um patamar elevado, estão em uma tendência de alta.

Quadro 20. Porcentagem de pessoas que possuem emprego vulnerável em relação ao total de empregos por país da Unasul (2005-2012).

Porcentagem de pessoas que possuem emprego vulnerável em relação ao total de empregos por país da Unasul (2005-2012)								
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	21,4	20,1	19,2	19,1	19,6	19,0	18,6	19,0
Bolívia	60,0	61,0	57,0	57,1	54,9	-	-	-
Brasil	28,4	27,2	27,0	25,2	25,1	-	-	-
Chile	27,0	26,0	24,8	24,4	-	-	-	-
Colômbia	45,4	43,7	41,3	47,0	47,3	48,6	48,8	48,6
Equador	41,6	42,5	41,9	40,0	42,5	41,8	43,9	51,2
Peru	51,9	50,5	48,9	48,5	48,0	47,7	47,8	46,3
Paraguai	48,8	49,2	46,8	44,5	46,2	43,2	42,3	43,2
Uruguai	24,7	25,1	25,1	23,4	23,2	22,2	-	-
Venezuela	31,2	30,4	29,8	30,5	31,2	33,0	32,8	31,8

Fonte: Elaboração própria. Dados Word Bank Data (2014).

Destarte, pode-se apontar pelos indicadores analisados que os países do bloco são consideravelmente diferentes, possuem, por vezes, tendências comuns, mas estão em patamares distintos. Se analisados em conjunto, os indicadores econômicos e sociais, dado ao dinamismo do mercado brasileiro, é possível inferir que, a depender de como a mobilidade de mão de obra for permitida, a tendência é que ela se mova em direção ao Brasil.

7 OS LIMITES DE UMA INTEGRAÇÃO MONETÁRIA

7.1 Mas, e uma integração monetária?

Há que se considerar pelo menos dois cenários: o de uma moeda única e o de uma moeda comum. A moeda comum é um conceito não excludente, ou seja, os países podem ter uma moeda própria e apenas (no caso, por opção) transacionar com os outros países do bloco por meio dela. Utilizou-se como exemplo de moeda comum o Sistema Único de Compensação Regional (SUCRE)³⁶, o qual é apenas um sistema contábil. É importante ressaltar que isso faz toda a diferença na análise, que, por ser somente contábil, essa moeda não está exposta a volatilidades e, também, devido às regras desse sistema, a probabilidade de déficits é diminuída (SUCRE, 2013a).

Diferentemente do *bancor*, o SUCRE não objetiva punir países superavitários sobre outros países do sistema, contudo, financia os déficits através da *Cámara Central de Compensación de Pagos* (SUCRE, 2013b). E para reduzir as assimetrias entre os Estados Parte, o SUCRE financia projetos que visam o aumento das exportações dos países deficitários.

Dessa forma a Figura 5, mostra a proposta, considerando a moeda comum, para a nova arquitetura financeira regional (NAFR). Segundo a proposta apresentada por Pérez (2012), a NAFR parte de três características básicas:

“Primeramente, debe fundamentarse en una institucionalidad democrática: no puede reproducirse una situación en la que el monto del capital o aporte defina la gobernanza de estas instituciones. Crear instituciones en donde se rescata el principio de un país un voto, constituye un elemento esencial para la institucionalidad de la Nueva Arquitectura Financiera que está naciendo.

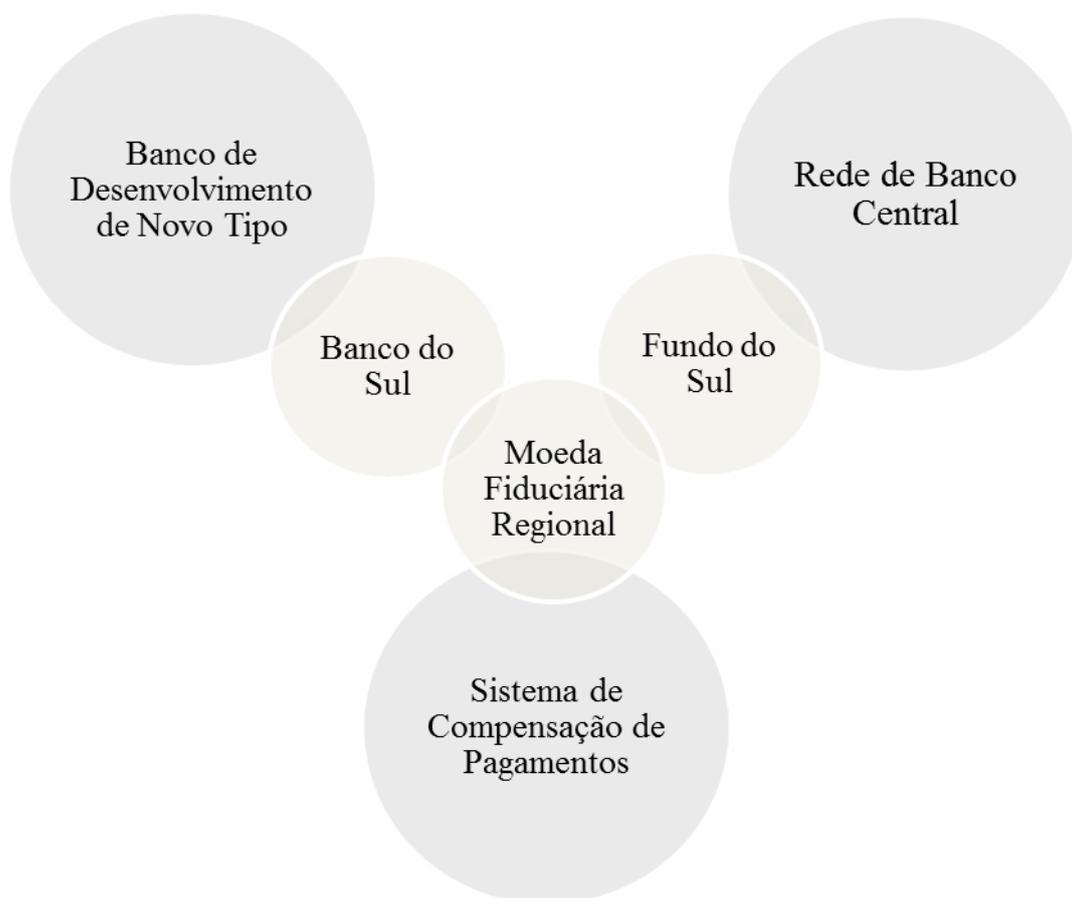
Luego, las instituciones y mecanismos deben incorporar el financiamiento sostenible y deben ser eficientes, con un componente claro y transparente de subsidiaridad, cuya continuidad deberá ser evaluada permanentemente en contraste con los beneficios sociales y económicos que se vayan obteniendo para los países. Deben incluir de igual manera, elementos de validación en términos del mercado que le permitan, en condiciones del desarrollo desigual de los distintos países, ser sostenible política, ambiental y económicamente, en el tiempo.

Finalmente, la integralidad: no es posible tener medidas parches y por eso es que el diseño de la NARF está concebido, al menos, tres ejes fundamentales (...)” (PERÉZ, 2012, pp. 156-157).

Os três eixos fundamentais estão na Figura 5.

³⁶ A escolha do SUCRE não foi aleatória. O SUCRE fez parte da proposta equatoriana de integração monetária para a América do Sul (PERÉZ, 2012).

Figura 5. Proposta Equatoriana para uma nova arquitetura financeira regional.



Fonte: Pérez (2012). Tradução Livre.

O Banco do Sul é tido como um eixo fundamental de integração, não só como um banco de desenvolvimento, mas também como um fomentador dos diversos bancos de desenvolvimento regionais (PERÉZ, 2012). Em setembro de 2009, Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela firmaram o convênio constitutivo do Banco do Sul (PERÉZ, 2012).

Apesar de existirem dezenas de instituições de desenvolvimento na região, com exceção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), segundo Pérez (2009), após as décadas neoliberais houve um desmantelamento dessas instituições, fazendo com que hoje não tenham força para realizarem seu trabalho.

Cabe ressaltar que o Banco do Sul foi pensado para apoiar o processo de desenvolvimento de infraestrutura para a região, contudo, não para facilitar as exportações de bens primários, reforçando a atual divisão internacional do trabalho, mas, sim, para ser a “coluna vertebral” de um “virtuoso” processo que ligue os territórios das comunidades sul-

americanas, fazendo com que se desenvolvam mercados e produções promissoras (PERÉZ, 2012). Ao mesmo tempo, o Banco do Sul deve apoiar projetos ligados à área social, como saúde e educação.

Já o Fundo do Sul é fundamental porque, dado o histórico sul-americano (e da periferia global de modo geral), a necessidade de financiamento externo é um problema caro aos países sul-americanos. Então, o Fundo funcionaria como um financiador dos países da região em caso de necessidade (PERÉZ, 2012).

Sem embargo, na região já existe o Fundo Latino-americano de Reserva (FLAR), que, segundo Pérez (2009), poderia funcionar como o Fundo do Sul. Fazem parte do FLAR, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela. Na composição do FLAR cada país entra com aproximadamente 1,5% de suas reservas internacionais, sendo que independentemente do aporte, os países possuem o mesmo poder de voto (FLAR, 2014).

O Quadro 21 apresenta os *ratings* dos países membros do FLAR e do Fundo, pode-se observar que com o FLAR os países conseguiriam se financiar externamente a juros menores, pois o Fundo possui um *rating* bem melhor do que dos países isolados.

Quadro 21. *Ratings* de países membros do FLAR versus *Rating* FLAR.

	Standard & Poors	Moody's
Bolívia	B+/Positiva/B	B1/positiva
Colômbia	BBB-/Estável/A-3	Baa3/Estável
Costa Rica	BB/Estável/B	Baa3/Estável
Equador	B-/Positiva/C	Caa2/Estável
Peru	BBB/Estável/A-3	Baa3/Positiva
Uruguai	BB+/Estável/B	Ba1/Estável
Venezuela	B+/Estável/B	B2/Estável
FLAR	AA	Aa2

Fonte: Peruffo (2012). Dados referentes a 22 de outubro de 2011.

A moeda comum, por sua vez, dentro da proposta apresentada por Pérez (2009), é o SUCRE. Como citado em capítulos anteriores, esta poderia dinamizar o comércio entre os países membros, por facilitar as trocas entre outros benefícios, pontuados no presente estudo.

Quanto ao segundo cenário, o da moeda única. A criação desta, seguindo a TAMO, para a Unasul é perante todos os pontos apresentados, inviável. Os países não apenas apresentam economias insuficientemente estáveis como também fortes divergências sociais e

econômicas que poderiam, com as quebras de barreiras geradas pelo desenvolvimento do bloco, levar a um possível futuro retrocesso no mesmo.

Com relação à dimensão econômica, um ponto importante é a incapacidade dos países da região em concorrer com o Brasil. Uma moeda única, ao valorizar o câmbio dos outros países, poderia provocar um completo domínio de mercado por parte do Brasil, dado a maior força da indústria e agronegócio brasileiro, somados ao aumento do poder de compra dos outros países. Cabe lembrar que os países da região produzem de maneira concorrente e não complementar.

Já na dimensão social, a heterogeneidade entre os países pode acarretar em grandes fluxos migratórios devido ao aumento da facilidade de intercâmbio proporcionado por uma moeda única.

Em conformidade aos estudos de Carneiro (2011), Nunes (2011) e Peruffo (2012), verificou-se que não há possibilidade de moeda única para a Unasul devido à heterogeneidade dos países que a compõe. Contudo, é possível avançar, mesmo pela ótica do *mainstream*, pela coordenação de políticas.

Os limites para algo como feito na Europa, com base em uma TAMO, são muitos. Há muita heterogeneidade entre os países, como já demonstrado nos tópicos anteriores. Para algo como a proposta equatoriana, os limites são políticos.

Por exemplo, o Banco do Sul demorou mais de dois anos para se constituir porque o Brasil se negava a aceitar a ideia de que os países possuiriam o mesmo peso de voto com relação às decisões do Banco. Para o Brasil o poder de decisão deveria ser de acordo com o aporte de capital (BBC, 2014). Isso dentro de um contexto de um governo brasileiro pró-relações sul-sul, que priorizava a integração sul-americana, e caracterizado como de centro-esquerda.

A integração, ou as relações internacionais de forma geral, são políticas de Estado, e não de governo, por isso é feita em base legal. O que pode acontecer é que dentro de ambientes políticos propícios a integração avance e quando os ambientes não o forem a integração estagne.

A influência política dentro da criação da Unasul ficou visível em diversos pontos do trabalho. E assim continuará. Portanto, a integração pode dar certo, daqui para frente, se houver vontade política, principalmente por parte do Brasil.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs discutir os limites de uma integração monetária para a Unasul, entendendo isso como parte necessária para a evolução de um processo de integração. Por meio da apresentação do histórico das tentativas de integração no contexto sul-americanos, das teorias de integração e dos dados sobre a atual situação econômica, é possível concluir que os limites para uma integração não são somente os econômicos, longe disso, mas sim os políticos.

A constituição da Unasul só foi possível dado o contexto dos países sul-americanos de estarem sendo governados, em sua maioria, por presidentes com a mesma tendência ideológica, e mais, esta sendo à esquerda. Todavia, mesmo tendo tendências ideológicas próximas, dado os interesses nacionais de cada Estado (ou melhor, o jogo de interesses no interior de cada Estado) a integração não avançou como poderia ter avançado.

Quanto aos aspectos específicos à integração monetária, os dois casos analisados foram a possibilidade de uma moeda única e a de uma moeda comum. No primeiro caso, a integração já é de cara descartada, uma vez que, sob a ótica da TAMO, os países são muito heterogêneos e pouco complementares. Com relação a uma moeda comum, tendo em mente a ideia do SUCRE, ela é possível, entretanto, é politicamente difícil.

É fundamental, também, ressaltar as limitações do presente estudo. Este não versou com a profundidade necessária sobre a política sul-americana, que é o fator que mais influi em uma integração – vide Europa. Além disso, o trabalho não tratou das relações imperialistas dos Estados Unidos com a América do Sul. Outro ponto é que este estudo se limitou a tratar dos aspectos supracitados de uma integração, contudo, é importante considerar que existem outros aspectos históricos e políticos que devem ser levados em conta em estudos semelhantes. Como, por exemplo, as fricções Bolívia-Chile, Brasil-Argentina etc., que podem ser vistos no Anexo 3.

Ao mesmo tempo, este estudo é relevante, principalmente, por seu competente histórico, adequada e simples apresentação de teorias de integração e apresentação, mesmo que breve, da ideia de moeda comum, conceito diferente de moeda única. Além do mais, o estudo aponta que os principais problemas são políticos, aspecto que não pode ser negligenciado em qualquer estudo sobre integração.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Câmara aprova aumento do valor pago ao Paraguai por energia de Itaipu.** 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/RELACOES-EXTERIORES/195343-CAMARA-APROVA-AUMENTO-DO-VALOR-PAGO-AO-PARAGUAI-POR-ENERGIA-DE-ITAIPU.html>>. Acesso em: mai. 2014.

ALADI. **Estadísticas.** 2014a. Disponível em: <http://www.aladi.org/nsfaladi/arquitect.nsf/VSTITIOWEB/e_principal>. Acesso em: mai. 2014.

_____. **O que significou a substituição da ALALC pela ALADI?**, 2013. Disponível em: <<http://www.aladi.org/nsfaladi/preguntasfrecuentes.nsf/b92f29e84ff48b1c032574ec00663d3b/cf2ded02ef8e4a6c03256ed100613e5d?OpenDocument>>. Acesso em: nov. 2013.

_____. **Países Miembros,** 2014b. Disponível em: <http://www.aladi.org/nsfaladi/arquitect.nsf/VSTITIOWEB/paises_miembros>. Acesso em: mai. 2014.

_____. **SICOEX.** 2014c. Disponível em: <<http://consultaweb.aladi.org/sicoex/jsf/home.seam>>. Acesso em: mai. 2014.

ALESINA, A.; BARRO, R. J.; TENREYRO, S. **Optimal Currency Areas.** 2002. Disponível em: <<http://post.economics.harvard.edu/faculty/alesina/papers.html>>. Acesso em: jan. 2014.

ALIMONDA, H. Debatendo o Desenvolvimento na América Latina: Da CEPAL ao Partido dos Trabalhadores. In: BARTELT, D. D. (ORG). **Um Campeão Visto de Perto – Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro.** Rio de Janeiro: Heintich-Böll-Stiftung, 2012. p. 18-31.

AMADO, A. M.; MOLLO, M. L. R. Ortodoxia e heterodoxia na discussão sobre integração regional: a origem do pensamento da CEPAL e seus desenvolvimentos posteriores. **Estudos Econômicos.** São Paulo, v. 34, n. 1, 2004. p. 129-156.

ÁNGELIS, J; PORTA, F. Condiciones para la Integración Productiva en el Mercosur: un análisis a partir del estudio de los flujos de comercio bilaterales. In: NETO, W. A. D.; TEIXEIRA, R. A. (ORG). **Perspectivas para la Integración de América Latina.** Brasília: IPEA, 2012. p. 61-86.

ARESTIS, P. et al. O euro e a UME: lições para o Mercosul. **Economia e Sociedade**, v. 12, 2003. p. 1-24.

BALASSA, B. **Teoria da integração econômica**, 1961. 456 p.

BALOG, L. G. C.; SOUZA, A. L.; PITELLI, M. M. **União Monetária no Mercosul**: uma análise comparada de indicadores de desenvolvimento. Anais de Apresentação de Trabalhos do XXXIX ENECO & II CELEC, 2013. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/uploads/uploadsFCkEditor/File/2_pdf.pdf>. Acesso em: set. 2013.

BBC. **Banco do Sul deverá ser lançado no segundo semestre. Diz ministro venezuelano**. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/03/090325_bancodosul_cj_cq.shtml>. Acesso em: jun. 2014.

BRAGA, M. B. Integração econômica regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da Cepal. **Cadernos Prolam/USP**, ano 1, v. 1, 2002. p. 9-30.

BRASIL. Itamaraty. **ALADI**. 2013a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/aladi>>. Acesso em: out. 2013.

_____. Itamaraty. **MERCOSUL**. 2013b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/mercosul>>. Acesso em: out. 2013.

_____. Itamaraty. **UNASUL**. 2013c. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul>>. Acesso em: out. 2013.

BUSS, P. M.; FERREIRA, J. R. Diplomacia da saúde e cooperação Sul-Sul: as experiências da Unasul saúde e do plano Estratégico de Cooperação em Saúde da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). **RECIIS**, v. 4, n. 1, mar., 2010. p. 106-118.

_____. Cooperação e integração regional em saúde na América do Sul: a contribuição da Unasul-Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2011. p. 2699-2711.

BUZAN, B.; WAEVER, O. **Regions and Powers, the structure od international security**. Edimburgo: Cambridge University Press, 2003.

CAN. **Reseña Histórica.** 2014. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/Resena.aspx>>. Acesso em: mai. 2014.

CANCINO, A. R. C. La Integración en el Marco de la UNASUR: problemas y alternativas para superar las dificultades y alcanzar la integración productiva. In: NETO, W. A. D.; TEIXEIRA, R. A. (ORG). **Perspectivas para la Integración de América Latina.** Brasília: IPEA, 2012. p. 37-60.

CARNEIRO, B. L. **Cooperação e integração monetária e financeira no Mercosul Ampliado.** 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011.

CARNEIRO, R. Abertura comercial, desnacionalização e dinâmica do crescimento. In: _____ (ORG). **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX.** 1. ed. Campinas: Editora Unesp, 2002. p. 309-356

CARVALHO, A. S. **A evolução da política brasileira de integração regional: do Mercosul à Unasul.** 2009. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Relações Internacionais – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

CARVALHO, G. C.; ROSEVICS, L. A política externa do governo Lula para a América do Sul: Unasul e Unila. In: SARTI, I. (ORG). **Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI.** Rio de Janeiro: PerSe, v. 1, 2013. p. 225-240.

CAVLAK, I. A ALALC como auge da integração sul-americana no século XX. **História: Debates e Tendências**, v. 12, n. 1, jan.-jun, 2012. p 38-59.

CEPALSTAT. **Cepal.** 2014. Disponível em: <http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/Portada.asp>. Acesso em: mai. 2014.

DAL PRÁ, K. R. et al. O desafio da integração social no Mercosul: uma discussão sobre a cidadania e o direito à saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, p. 164-173, 2007.

DREGER, F. B. **Integração na América do Sul: a Unasul e o Conselho de Defesa Sul-americano.** 2009. 102 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

EICHENGREEN, B. **A Globalização do Capital**. São Paulo: 34, 2012. 286 p.

ESTADÃO. **União sul-americana mexe com ‘tabuleiro do poder’, diz Lula**. São Paulo: O Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,uniao-sul-americana-mexe-com-tabuleiro-do-poder-diz-lula,177031>>. Acesso em: jun. 2014.

EUROSTAT **European Commission**. 2013. Disponível em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>> Acesso em: mai. 2014.

FLAR. **Acerca del FLAR**. 2014. Disponível em: <<https://www.flar.net/contenido/contenido.aspx?catID=138&conID=5202>>. Acesso em: jun. 2014.

FERRARI FILHO, F.; PAULA, L. F. Será consistente a proposta de criação de uma União Monetária no Mercosul?. **Economia Política**, São Paulo, v. 22, n. 2, 2002. p. 174-182.

FRANKEL, J.; ROSE, A. The Endogeneity of the Optimim Currency Area Criteria. **The Economic Journal** 108, 1998. p. 1009-1025.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, 356 p.

_____. **A economia latino-americana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 494 p.

G1. **Argentina barra 4 milhões de sapatos que seriam importados do Brasil**. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1123278-9356,00-ARGENTINA+BARRA+MILHOES+DE+SAPATOS+QUE+SERIAM+IMPORTADOS+DO+BRASIL.html>. Acesso em: mai. 2014.

GIAMBIAGI, F. Moeda única do Mercosul: notas para o debate. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, 1998. p. 24-39.

GONÇALVES, R. **Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 344 p.

HAFFNER, J. A. H. A Cepal e a integração regional latino-americana. **Análise Econômica**, v. 20, n. 37, mar., 2002. p. 107-127.

HOFFMANN, A. R.; COUTINHO, M.; KFURI, R. Indicadores e Análise Multidimensional do Processo de Integração do Cone Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 51, n. 2, 2008. p. 98-116.

JERONYMO, A. C. J.; GUERRA, S. M. A IIRSA no contexto da apropriação do recurso natural periférico. **Novos Cadernos NAEA**, v.16, n. 2, 2013. p. 169-186.

KENEN, P. B. Theory of Optimum Currency Areas: an eclectic view. In: MUNDELL, R. A.; SWOBODA, A. K. (eds.). **Monetary Problems of the International Economy**. Chicago, EUA: University of Chicago Press, 1969.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 228 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 249 p.

LICHTENSZTEJN, S.; BAER, M. **Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial: estratégias e políticas do poder financeiro**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LIMA, R. G. **União de Nações Sul-americanas (Unasul): integração e cooperação na América do Sul**. 2012. 84 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2012.

MCKINNON, R. Optimum currency areas. **American Economic Review**, n. 53, set., 1963. p. 717-724.

MENEZES, A. M.; PENNA FILHO, P. **Integração Regional: os blocos econômicos nas relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2006. 200p.

MERCOSUL. **Protocolo de Ushuaia**, 1998. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/normativa/tratados-e-protocolos/protocolo-de-ushuaia-1/>>. Acesso em: set. 2013.

MUNDELL, R. A. A theory of optimal currency. **American Economic Review**, v. 51, n. 4, set., 1961. p. 657-665.

NUNES, G. G. **Integração econômica na Unasul: é possível adotar uma moeda única?**. 2011. 55 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Departamento de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011.

OLIVEIRA, A. C. V.; SALGADO, R. S. Modelos de Integração na América do Sul: do Mercosul à Unasul. **3º Encontro Nacional ABRI 2011**. 2011. p. 1-11.

OLIVEIRA, A. E. A. As (des)articulações subnacionais e o processo de integração regional na América do Sul, a partir da experiência do Mercosul/Unasul. In: SARTI, I. (ORG). **Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI**. Rio de Janeiro: PerSe, v. 1, 2013. p. 49-58.

PADULA, R. Notas sobre a integração de infraestrutura na América do Sul: da IIRSA ao Cosiplan da Unasul. In: SARTI, I. (ORG). **Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI**. Rio de Janeiro: PerSe, v. 1, 2013. p. 583-595.

PÉREZ, P. P. La Nueva Arquitectura Financeira Regional, premissa indispensable para la integración latinoamericana. In: NETO, W. A. D.; TEIXEIRA, R. A. (ORG). **Perspectivas para la Integración de América Latina**. Brasília: IPEA, 2012. p. 137-165.

PERUFFO, L. **Integração monetária e financeira na América do Sul: a perspectiva brasileira em um sistema internacional multimonetário**. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012.

PORTO-GONCALVES, C. W.; QUENTAL, P. A. La colonialidad del poder y los desafíos de la integración regional en América Latina. **Polis**, v. 11, n. 31, 2012. p. 295-332.

REBÊLO, F. C. J. M. A coexistência Mercosul-Unasul. **Revista da SJRJ**, v. 18, n. 30, 2011. p. 55-68.

RIBEIRO, M. F. O euro e as perspectivas de implantação de uma moeda única no Mercosul. **Scientia Iuris**, Campinas, v. 0, 2012, p. 64-89. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/view/11275/10042>>. Acesso em: jun. 2014.

ROLIM, C. F. C. Efeitos regionais da abertura comercial sobre a cadeia produtiva do algodão. Têxtil, vestuário. Anais Encontros Nacionais da Anpur, v. 7, 1997. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1723>>. Acesso em: jun. 2014.

SARAIVA, M. G. Integração regional na América do Sul: processos em aberto. In: **Proceedings of the 3rd ENABRI 2011**. 2011. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000122011000300028&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: jun. 2014.

SARRIERA, J. M.; CUNHA, A. M.; BICHARA, J. S. Moeda Única no Mercosul: uma análise da simetria e choques para o período de 1995-2007. **Revista EconomiA**, v. 11, n. 2, mai/ago 2010. p. 465-491. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n2p465_491.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2014.

SERBIN, A. A América do Sul em um mundo multipolar. A Unasul é a alternativa?. **Nueva Sociedad**, n. 219, 2009. p. 4-16.

SILVA, K. S.; COSTA, R. S. **Organizações Internacionais de Integração Regional**: União Europeia, Mercosul e UNASUL. Florianópolis: FUNJAB: UFSC, 2013. 306p.

SCHMIDT, R. V. A constituição da Unasul e as possibilidades de avanços para a cidadania e os direitos humanos na América do Sul. **Conjuntura Austral**, v. 1, n. 2, out.-nov, 2010. p. 56-69.

SCHWOK, R. **Théories de l'intégration européenne**. Paris: Montchrestien, 2005. 155p.

SUCRE. **Ventajas del SUCRE**, 2013a. Disponível em: <<http://www.sucrealba.org/index.php/cmr/que-es-el-sucre/ventajas>>. Acesso em: set. 2013.

_____. **¿Qué es el SUCRE?**, 2013b. Disponível em: <<http://www.sucrealba.org/index.php/cmr/que-es-el-sucre/que-es-el-sucre>>. Acesso em: set. 2013.

SUZIGAN, W. Política comercial e perspectivas da indústria brasileira. **Indicadores Econômicos FEE**, v.20, n. 4, 1993. p. 121-133.

TV BRASIL. Mercosul, comércio e história. **Caminhos da Reportagem**. Emissão da TV BRASIL entre 9 e 16 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=leeR5T6R_eI>. Acesso em: nov. 2013.

UNASUL. **Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas**, 2008. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/uploads/cb/f2/cbf2f9520ad902831b19a51f5b886959/Tratado-Constitutivo-version-portugues.pdf>>. Acesso em: set. 2013.

_____. **La Organización.** 2014. Disponível em:
<<http://www.unasursg.org/inicio/organizacion/organos>>. Acesso em: mai. 2014.

UNCTAD. **Trade and Development Report, 2007.** Geneva: UNITED Nations Conference on Trade and Development, 2007.

VALDÉZ, R. A. **Unasur:** desde la perspectiva sub-regional a la regional. FLACSO. 2009. Disponível em:
<[http://www.comunidadandina.org/unasur/unasur_rodrigo_alvarez\(flacso\).pdf](http://www.comunidadandina.org/unasur/unasur_rodrigo_alvarez(flacso).pdf)>. Acesso em: jun. 2014.

WORLD BANK DATA. **World Bank.** 2014. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>
Acesso em: mai. 2014.

ANEXOS

Anexo 1. Relação dos presidentes dos que compõem a Unasul (1985-2014).

RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DOS PAÍSES QUE COMPÕEM A UNASUL – Parte 1				
/	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	
1985	AFONSÍN (UCR)	SILES ZUAZO (UDP) / PAZ ESTENSSORO (MNR)	SARNEY (PMDB)	
1986		PAZ ESTENSSORO (MNR)		
1987				
1988				
1989	AFONSÍN (UCR) / MENEM (PJ)	PAZ ESTENSSORO (MNR) / PAZ ZAMORA (MIR)		
1990	MENEM (PJ)	PAZ ZAMORA (MIR)	COLLOR (PRN)	
1991				
1992		PAZ ZAMORA (MIR) / SÁNCHEZ DE LOZADA (MNR)	ITAMAR FRANCO (PRN)	
1993				
1994				
1995		SÁNCHEZ DE LOZADA (MNR)	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PSDB)	
1996				
1997		SÁNCHEZ DE LOZADA (MNR) / BANZER SUÁREZ (ADN)		
1998		BANZER SUÁREZ (ADN)		
1999				
2000				
2001	DE LA RÚA (UCR)	BANZER SUÁREZ (ADN) / QUIROGA RAMÍREZ (ADN)		
2002	DUHALDE (PJ)	QUIROGA RAMÍREZ (ADN) / SÁNCHEZ DE LOZADA (MNR)		
2003	NÉSTOR KIRCHNER (PJ)	SÁNCHEZ DE LOZADA (MNR) / CARLOS MESA (MNR)		LULA (PT)
2004		CARLOS MESA (MNR)		
2005		CARLOS MESA (MNR) / EDUARDO RODRÍGUEZ (PRESIDENTE DO JUDIÁRIO)		
2006		EVO MORALES (MAS)		
2007				
2008				
2009				
2010	CRISTINA KIRCHNER (PJ)	EVO MORALES (MAS)	DILMA ROUSSEFF (PT)	
2011				
2012				
2013				
2014				

Fonte: Elaboração própria.

RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DOS PAÍSES QUE COMPÕEM A UNASUL – Parte 2				
/	CHILE	COLÔMBIA	EQUADOR	
1985	AUGUSTO PINOCHET (MILITAR)	BELISARIO BETANCUR (PCC)	LEÓN FEBRES CORDERO (PSC)	
1986		BELISARIO BETANCUR (PCC) / VIRGILIO BARCO VARGAS (PLC)		
1987		VIRGILIO BARCO VARGAS (PLC)		LEÓN FEBRES CORDERO (PSC) / RODRIGO BORJA CEVALLOS (ID)
1988			RODRIGO BORJA CEVALLOS (ID)	
1989		PATRICIO AYLWIN (PDC)	VIRGILIO BARCO VARGAS (PLC) / CÉSAR GAVIRIA (PLC)	RODRIGO BORJA CEVALLOS (ID) / DURÁN-BALLÉN (PUR)
1990	CÉSAR GAVIRIA (PLC)		DURÁN-BALLÉN (PUR)	
1991			DURÁN-BALLÉN (PUR) / ABDALÁ BUCARAM (PRE)	
1992	CÉSAR GAVIRIA (PLC) / ERNESTO SAMPER (PLC)		ABDALÁ BUCARAM (PRE) / FABIÁN ALARCÓN (FRA)	
1993	RUIZ-TAGLE (PDC)	ERNESTO SAMPER (PLC) / ANDRÉS PASTRANA (PCC)	FABIÁN ALARCÓN (FRA) / JAMIL MAHUAD (DP-UDC)	
1994		ERNESTO SAMPER (PLC)	JAMIL MAHUAD (DP-UDC)	
1995			ANDRÉS PASTRANA (PCC)	GUSTAVO NOBOA (DP-UDC)
1996		ANDRÉS PASTRANA (PCC) / ÁLVARO URIBE (PC)	ÁLVARO URIBE (PC)	LUCIO GUTIÉRREZ (PSP)
1997				ALFREDO PALACIO
1998	RICARDO LAGOS (PS)	ÁLVARO URIBE (PC) / JUAN CALDERÓN (PU)	RAFAEL CORREA (ALIANZA PAIS)	
1999				
2000				
2001				
2002				
2003	MICHELLE BACHELET (PS)	JUAN CALDERÓN (PU)	RAFAEL CORREA (ALIANZA PAIS)	
2004				
2005				
2006				
2007	MICHELLE BACHELET (PS)	JUAN CALDERÓN (PU)	RAFAEL CORREA (ALIANZA PAIS)	
2008				
2009				
2010				
2011	SEBASTIÁN PIÑERA (RN)	JUAN CALDERÓN (PU)	RAFAEL CORREA (ALIANZA PAIS)	
2012				
2013				
2014	MICHELLE BACHELET (PS)	JUAN CALDERÓN (PU)	RAFAEL CORREA (ALIANZA PAIS)	

Fonte: Elaboração própria.

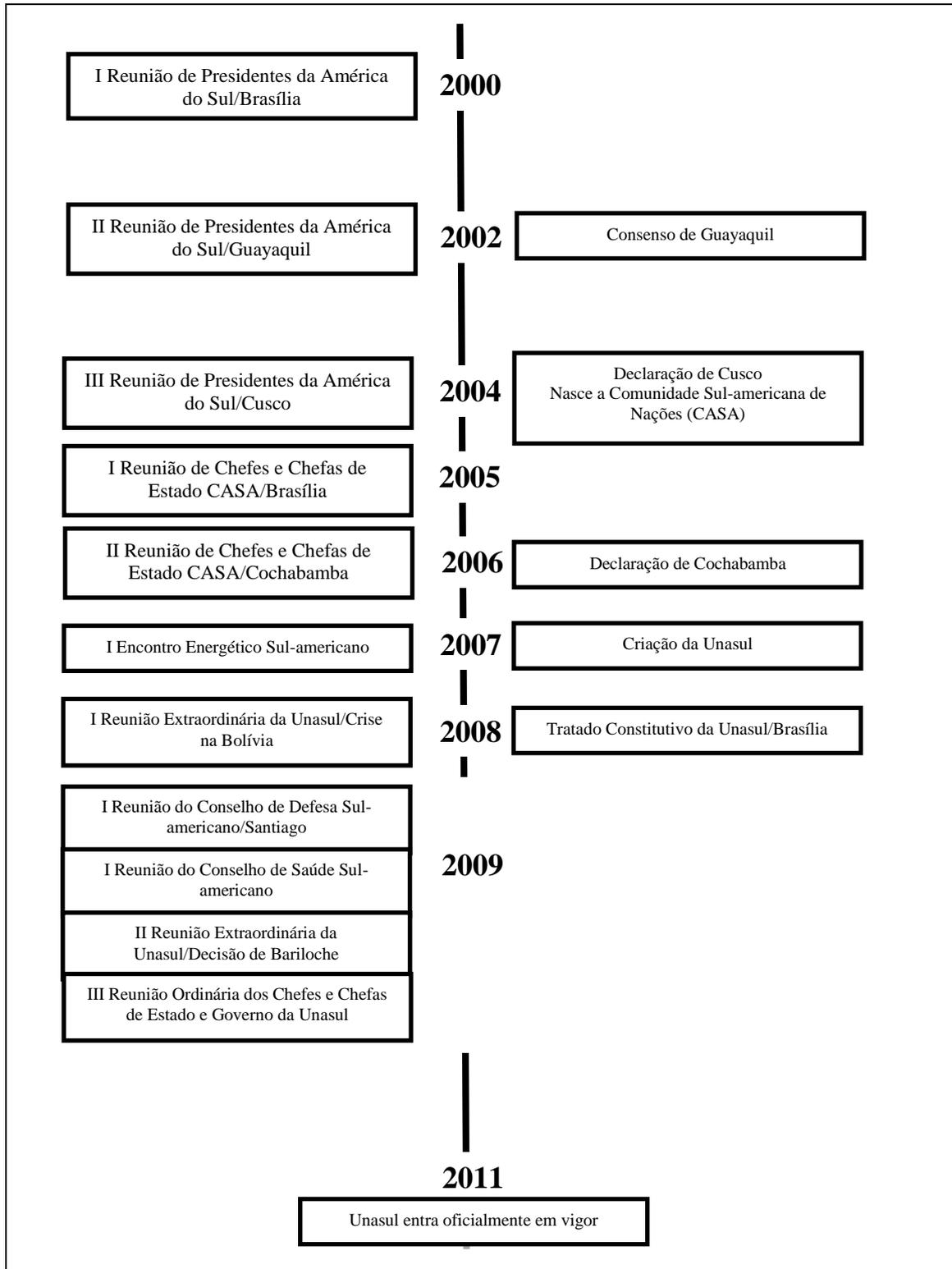
RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DOS PAÍSES QUE COMPÕEM A UNASUL – Parte 3				
/	GUIANA	PARAGUAI	PERU	
1985	FORBES BURNHAM (PNC/R) / DESMOND HOYTE (PNC/R)	ALFREDO STROESSNER (PC)	BELAÚNDE TERRY (AP) / ALAN GARCÍA (APRA)	
1986	DESMOND HOYTE (PNC/R)		ANDRÉS RODRÍGUEZ (PC)	ALAN GARCÍA (APRA)
1987		ALAN GARCÍA (APRA) / ALBERTO FUJIMORI (C-90)		
1988				
1989				
1990				
1991	DESMOND HOYTE (PNC/R) / CHEDDI JAGAN (PPP/CIVIC)	ANDRÉS RODRÍGUEZ (PC)	ALBERTO FUJIMORI (C-90)	
1992	CHEDDI JAGAN (PPP/CIVIC)	ANDRÉS RODRÍGUEZ (PC) / WASMOSY MONTI (PC)		
1993		WASMOSY MONTI (PC)		
1994				
1995				
1996	SAMUEL HINDS (PPP/CIVIC)	WASMOSY MONTI (PC) / RAÚL CUBAS GRAU (PC)		
1997	JANET JAGAN (PPP/CIVIC)	GONZÁLEZ MACCHI (PC)		VALENTÍN PANIAGUA (AP) / ALEJANDRO TOLEDO (PP)
1998	JANET JAGAN (PPP/CIVIC) / BHARRAT JAGDEO (PPP/CIVIC)			ALEJANDRO TOLEDO (PP)
1999	BHARRAT JAGDEO (PPP/CIVIC)			
2000				ALEJANDRO TOLEDO (PP) / ALAN GARCÍA (APRA)
2001				
2002				
2003			NICANOR DUARTE (PC)	ALAN GARCÍA (APRA)
2004				
2005			NICANOR DUARTE (PC) / FERNANDO LUGO (FG)	ALAN GARCÍA (APRA) / OLLANTA HUMALA (PNP)
2006				
2007	FERNANDO LUGO (FG)	OLLANTA HUMALA (PNP)		
2008				
2009	DONALD RAMOTAR (PPP/CIVIC)	FERNANDO LUGO (FG) / FREDERICO FRANCO (PLRA) / HORACIO CARTES (PC)	OLLANTA HUMALA (PNP)	
2010		HORACIO CARTES (PC)		
2011				
2012				
2013				
2014				

Fonte: Elaboração própria.

RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DOS PAÍSES QUE COMPÕEM A UNASUL – Parte 4			
/	SURINAME	URUGUAI	VENEZUELA
1985	LACHMIPERSAD FREDERICK RAMDAT MISIER	ÁLVAREZ (MILITAR) / ADDIEGO BRUNO (UNIÃO CÍVICA) / SANGUINETTI (COLORADO)	LUSINCHI (AD)
1986		SANGUINETTI (COLORADO)	
1987			
1988			
1989	RAMSEWAK SHANKAR (VHP)	LACALLE (NACIONAL)	ANDRÉS PÉREZ (AD)
1990			
1991	JOHANNES SAMUEL PETRUS KRAAG (NPS)		
1992	RUNALDO RONALD VENERIAAN (NPS)		SANGUINETTI (COLORADO)
1993		RAFAEL CALDERA (CN)	
1994			
1995			
1996			
1997	JULES ALBERT WIJDENBOSCH (NDP)	JORGE BATLLE (COLORADO)	HUGO CHÁVEZ (PSUV)
1998			
1999	JULES ALBERT WIJDENBOSCH (NDP) / RUNALDO RONALD VENERIAAN (NPS)	VÁZQUEZ (FRENTE AMPLA)	
2000			
2001	RUNALDO RONALD VENERIAAN (NPS)	MUIJICA (FRENTE AMPLA)	
2002			
2003			
2004			
2005			
2006			
2007	RUNALDO RONALD VENERIAAN (NPS) / DÉSI BOUTERSE (NDP)	MUIJICA (FRENTE AMPLA)	NICOLÁS MADURO (PSUV)
2008			
2009			
2010	DÉSI BOUTERSE (NDP)		
2011	DÉSI BOUTERSE (NDP)	MUIJICA (FRENTE AMPLA)	
2012			
2013			
2014			

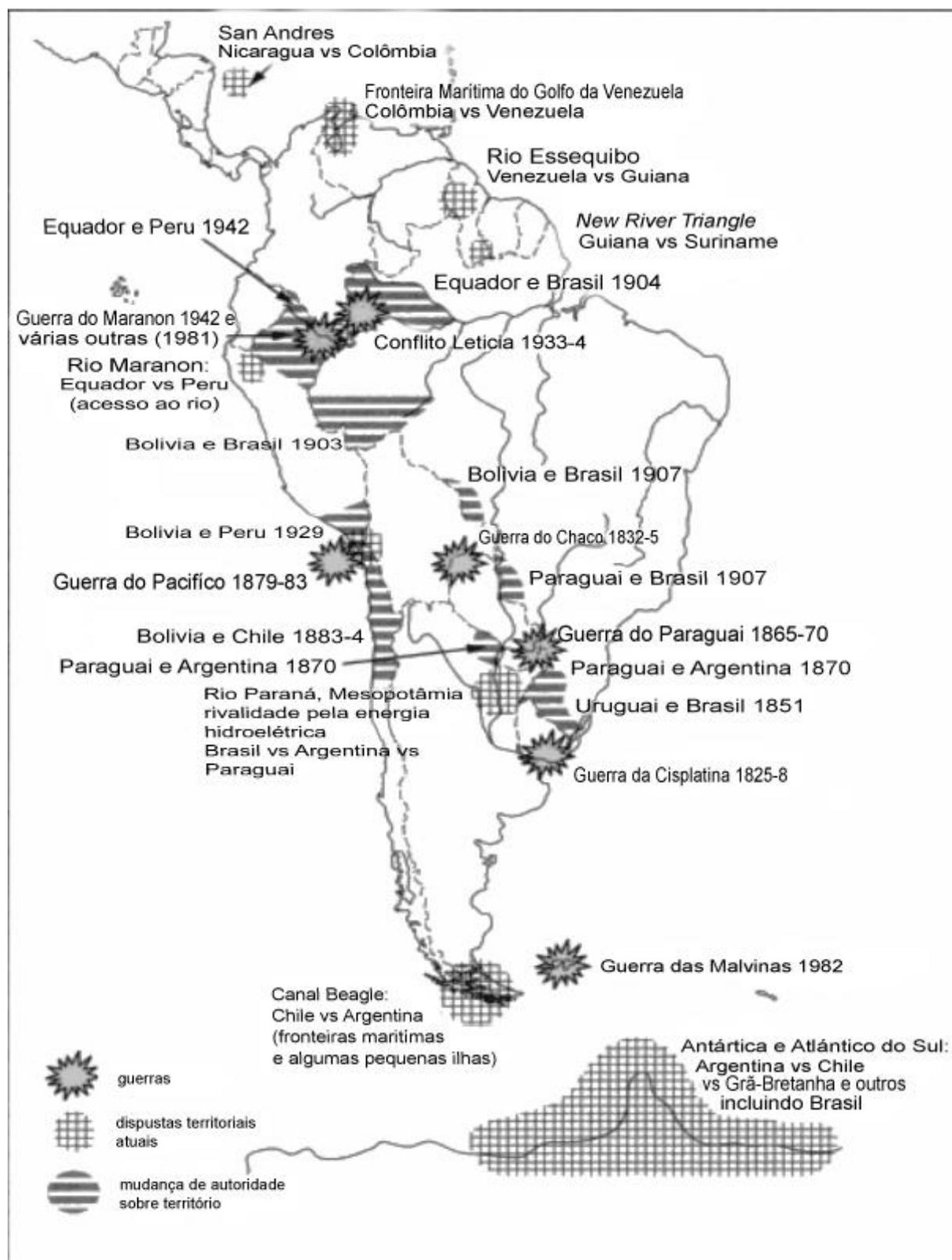
Fonte: Elaboração própria.

Anexo 2. Cronologia da Unasul.



Fonte: Elaboração própria com base em Valdez (2009).

Anexo 3. Guerras e disputas territoriais na América do Sul.



Fonte: Buzan e Waever (2003). Tradução livre.